

ES

25 ANOS DE ECONOMIA GAÚCHA

VOLUME 5 · TOMO 2 · INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA NO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Sinval Guazzelli

Governador

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

Eduardo Emílio Maurell Müller

Secretário



FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Entidade de direito privado instituída pela Lei nº 6.624, de 13 de novembro de 1973, destinada à execução de estudos, pesquisas e análises da economia do Estado e à elaboração de estatísticas, como órgão de apoio operacional do planejamento estadual.

CONSELHOS:

CONSELHO DE PLANEJAMENTO

Antônio Mário Pascual Bianchi
Dionysio Azambuja da Silva
Gaspar Albino Chuy
João Emery Buretto
Luiz de Vasconcellos
Odo Cazzulo
Leodegar Jost - PRESIDENTE DO CONSELHO

CONSELHO CURADOR

Ubirajara Passano Ricciardi
Paulo Olímpio Gomes de Souza
Riograndino Vasconcellos Franzen

DIRETORIA:

PRESIDENTE: Leodegar Jost
DIRETOR TÉCNICO: Ítalo Danilo Fraquelli
DIRETOR ADMINISTRATIVO: Roque Maldaner

GERÊNCIAS:

ANÁLISE: Mário Baiocchi
INDICADORES: Ário Zimmermann
INFORMÁTICA: Nilson Cáceres Sanabria
PROGRAMAS ESPECIAIS: Aldrovando Rosito Guerra
PUBLICAÇÕES: Antônio Gonzalez Mojon

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

25 ANOS DE ECONOMIA GAÚCHA

VOLUME 5 · TOMO 2

INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA NO RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE, RS
Março, 1979

CONVENÇÕES

- ... O dado é desconhecido, não implicando, porém, a afirmativa de que o fenômeno não existe.
- O fenômeno não existe.
- 0-00-0,00 O fenômeno existe, sendo sua expressão, porém, tão pequena que não atinge a unidade adotada na tabela.

F981 Fundação de Economia e Estatística
25 anos de economia gaúcha. Porto Alegre,
1978.
5v. il.

CONTEÚDO. -v.1. Uma visão global da economia do Estado. -v.2. Aspectos demográficos e suas relações com o desenvolvimento econômico. -v.3. A agricultura do Rio Grande do Sul. -v.4. A indústria de transformação no Rio Grande do Sul. -v.5: Tomo 1 - Análise do setor terciário no Rio Grande do Sul; Tomo 2 - Intermediação financeira no Rio Grande do Sul.

● CDU 63(816.5)

Tiragem: 1.000 Código: 072
Editoração e Impressão: FEE
Pedidos e correspondência:
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Rua Siqueira Campos, 1044 - 2º andar Fone:(0512)25-9355
90.000 - Porto Alegre - RS

SUMÁRIO

<i>APRESENTAÇÃO</i>	V
<i>NOTA INTRODUTÓRIA</i>	1-4
<i>I - O SETOR DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</i>	5-38
1 - <i>Considerações iniciais</i>	7
2 - <i>Evolução do setor financeiro</i>	8
2.1 - <i>Evolução do setor financeiro: período 1950-64</i>	9
2.2 - <i>Evolução do setor financeiro: período 1965-74</i>	32
3 - <i>Evolução recente - a centralização do capital monetário</i>	34
<i>II - OS INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS E OS DEMAIS SETORES ECONÔMICOS</i>	39-44
<i>III - O SETOR FINANCEIRO E A TRANSFERÊNCIA DE EXCEDENTES</i>	45-58
1. <i>Uma linha de análise</i>	47
2. <i>A transferência de excedentes monetários via bancos comerciais</i> ...	52
<i>IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	59-61

APRESENTAÇÃO

A Fundação de Economia e Estatística vem, através da publicação deste documento, cumprir mais uma etapa de seu plano de elaboração de estudos analíticos sobre a realidade econômica gaúcha.

O presente trabalho aborda a evolução das atividades de Intermediação Financeira no Rio Grande do Sul, no período 1950-74, procurando, através de uma ótica estrutural funcional, interpretar as profundas transformações que essas atividades sofreram, à luz da dinâmica da acumulação de capital na economia brasileira, no período, e das alterações no marco jurídico-institucional que rege as atividades financeiras.

Este estudo insere-se no conjunto de trabalhos que compõem a série "25 Anos de Economia Gaúcha" de forma a aprofundar a análise desenvolvida no Tomo 1 do seu volume 5. Nesse primeiro Tomo, o objetivo básico, da Unidade de Análises do Setor Terciário, foi elaborar uma análise global do Setor Terciário do Estado, optando por uma avaliação geral do conjunto de atividades componentes. Esse setor, no entanto, necessita, para uma compreensão satisfatória, ser estudado sob vários aspectos. Portanto, neste documento, ao contrário do Tomo 1, trabalha-se ao nível de atividade, analisando de forma específica a Intermediação Financeira.

NOTA INTRODUTÓRIA

A busca do entendimento das funções que exercem as atividades de intermediação financeira foi a linha de orientação que conduziu este trabalho. Para tanto, tornou-se necessária a formulação de um esquema conceptual genérico da estrutura de funcionamento da economia, salientando as inter-relações que se estabelecem entre as empresas financeiras e as demais. Esse esquema estará presente ao longo do trabalho, mesmo subentendido, e deverá servir como referencial básico sobre o qual se desenvolverá a análise.

A intermediação financeira se insere na estrutura econômica respondendo às necessidades de complementação entre seus agentes, desarticulados pela divisão do trabalho e pelo regime de propriedade. As decisões tomadas, isoladamente, ao nível das unidades produtivas precisam ser harmonizadas, e isso dá-se pelo ato da troca de produtos no mercado. A atividade financeira desempenha papel indispensável nesse mecanismo ao transferir, entre unidades, a contrapartida monetária dos recursos reais distribuídos. Essa função assume contornos claros à medida que, ao longo do processo de desenvolvimento econômico, as atividades se tornam crescentemente interdependentes.

A divisão do trabalho impõe uma complementação entre setores de atividade cujas unidades produtivas e/ou de consumo estão distanciadas no espaço e no tempo. Diferentes unidades de produção irão variar os tempos de rotação de seu capital total, em função das diferentes composições desse capital. Nesse aspecto, não se considera somente a participação do capital fixo no total de recursos, mas também peculiaridades tecnológicas que apressam ou retardam a transformação de um dado volume de capital. Assim, por um lado, são gerados os excedentes monetários e, por outro, surge a necessidade de sua aplicação, cujo encontro é feito via intermediários financeiros. No âmbito desses está a possibilidade de realização de potenciais de acumulação diferenciados entre os capitais individuais.

Uma vez colocada a preocupação fundamental desse trabalho, é interessante fazer alguns comentários sobre idéias alternativas, comumente desenvolvidas em trabalhos sobre o setor financeiro.

Um dos aspectos bastante abordado é a conformação das atividades de intermediação financeira, isto é, de que maneira está estruturado o mercado financeiro no que se refere, por exemplo, à especialização das instituições, linhas especiais de crédito com prazos e taxas de juros diferenciados, prestação de serviços diversos, além de outras características. Posteriormente, vincula-se essa estrutura formal ao crescimento econômico, ou seja, que fatores de indução ou limitação ao crescimento decorrem de uma determinada estrutura dessas atividades, resultando em uma apreciação técnica dos instrumentos e instituições de crédito no atendimento da demanda de financiamentos. Tal tipo de abordagem traz, ao mesmo tempo, considerações sobre medidas de política econômica nas áreas monetária e financeira, cuja influência sobre o desempenho das ativida-

des de intermediação financeira é bastante clara.

Uma proposição de trabalho como a acima delineada em traços gerais conduz a um estudo que, necessariamente, transborda a qualquer tentativa de limitar o trabalho às vinculações da intermediação financeira com a base econômica do Rio Grande do Sul. Estar-se-ia fazendo considerações sobre um conjunto de atividades cuja estrutura não se diferencia regionalmente. De fato, o sistema financeiro — instituições, mecanismos, instrumentos — é uma estrutura homogênea, em termos nacionais, que reflete, exatamente, a existência de um espaço econômico integrado. Além disso, tal tipo de trabalho leva, em última instância, a uma avaliação de política econômica: de que maneira os intermediários e instrumentos creditícios criados suprem as necessidades, ou quais os efeitos de determinada política de expansão dos meios de pagamento.

Essa orientação não significa a inexistência de medidas creditícias orientadas, especificamente, para o Rio Grande do Sul ou que sejam de importância secundária para a economia do Estado. Ao contrário, são aspectos essenciais para o entendimento da dinâmica econômica. No entanto, devem ser estudados à luz das atividades particulares às quais se destinam tais recursos especiais. Invariavelmente, deparar-se-ia com uma profusão de casos particulares, ao longo dos anos, cuja abordagem está além das proposições desse trabalho.

Ainda com respeito à estrutura formal das atividades de intermediação financeira, salienta-se que deve ser vista como reflexo da dinâmica dos demais setores econômicos — o âmbito real da economia —, onde surgem os excedentes monetários a serem oferecidos e a necessidade de sua utilização. A forma assumida — instituições de crédito, tipos de papéis, prazos de financiamento, taxas de juros etc. —, cujo detalhamento é matéria de legislação extensa, deve aproximar-se das necessidades objetivas do mercado sob pena de não corresponder à autonomia dos agentes de uma economia de mercado¹.

O trabalho está constituído por três partes. O Capítulo I descreve, em termos gerais, a evolução institucional das atividades financeiras indicando as entidades que têm operado no sistema e os instrumentos de que têm feito uso. Nessa descrição, chama-se a atenção às alterações implantadas pela nova lei do Sistema Financeiro Nacional em 1964², fato que introduz aspectos "novos" no "antigo" relacionamento bancos-empresas. Também conceitua-se intermediação financeira monetária e não-monetária e a relevância desses dois subgrupos no âmbito do trabalho.

O Capítulo II encerra uma tentativa de explicação do melhor desempenho empresarial dos intermediários financeiros à luz das informações das Contas Nacionais da Fundação Getúlio Vargas. Observou-se que a renda gerada por esse grupo de atividades

¹ O exemplo mais conspícuo do irrealismo de um diploma legal é dado pela lei da usura de 1933, que estipulava em 12% a.a. a taxa de juros máxima permitida em operações creditícias. Cita-se uma passagem da Revista Conjuntura Econômica, Edição Especial sobre o Mercado de Capitais: "É claro que, se tal dispositivo legal fosse levado ao pé da letra, praticamente cessariam as operações de crédito, tudo se passando como se a lei da oferta e da procura pudesse ser contornada por uma decisão institucional". Vide: MERCADO de Capitais. Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, FGV, 25(4):81, abr. 1971. Número Especial.

² A lei 4595, de 31 de dezembro de 1964, institui o Sistema Financeiro Nacional, estabelece normas reguladoras e define as instituições componentes e áreas específicas de ação.

vem ganhando posição relativa desde 1939, tendência que se acentua após 1964. O objetivo é vincular essa constatação a aspectos como a especificidade da empresa bancária em relação às demais, a concentração e centralização do capital monetário, além do novo marco institucional criado a partir de 1964, consubstanciado em diversas decisões de política monetária e financeira.

O Capítulo III aborda a discussão sobre transferência de excedente. O processo de desenvolvimento econômico de um sistema dá-se, por definição, através de um crescimento diferenciado de suas partes. Traduz-se em uma permanente mudança na divisão do trabalho ao nível dos setores econômicos (se se escolher setor como unidade de partição) ou traduz-se ao nível do crescimento desigual entre regiões — mudando a unidade de partição para espaço econômico. Entre outros mecanismos que se estabelecem como viabilizadores do crescimento diferenciado, estudar-se-á a transferência de excedentes monetários dos setores ou regiões de menor potencial àquelas cuja capacidade de crescimento requer excedentes adicionais aos gerados no âmbito da atividade. É importante salientar que essa transferência de excedentes monetários reflete a necessidade de complementação entre atividades ou setores interdependentes, representando o lado "fictício" da transação, pois essa dá-se, na realidade, pela transferência de recursos tangíveis. No entanto, fica óbvia a necessidade da intermediação financeira pois não há equivalência, duas a duas, entre as unidades econômicas envolvidas na transação monetária e de produtos.

A reorientação da divisão do trabalho é resultado natural e espontâneo em uma economia de mercado, onde os recursos fluem à procura da alocação mais rentável, sendo essencial o entendimento dessa concepção antes de lançar-se em "clamores regionais". Não se pretende explicar o processo de redivisão, mas somente utilizá-lo como movimento antecipado que exige um novo posicionamento da atividade de intermediação financeira.

Tenta-se avaliar a transferência de excedentes monetários, via mercado financeiro, do Rio Grande do Sul para fora do Estado, estabelecendo relações com as novas formas assumidas pela economia gaúcha e sua inserção na economia nacional.

A sustentação empírica do trabalho está baseada, principalmente, nos dados do "Movimento Bancário do Brasil", publicação anual que informa sobre a quase totalidade das operações dos intermediários financeiros monetários³ — Banco do Brasil e bancos comerciais. Esse particular não traz restrições ao trabalho até 1964, período em que a intermediação financeira no Brasil era, em sua maior parte, monetária. No entanto, de 1965 em diante, com a lei que institui o Banco Central e o Mercado de Capitais, são criadas instituições financeiras não-monetárias — Sistema Financeiro da Habitação⁴, Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento e Bancos de Investimento — que passam a assumir papel relevante na captação e aplicação dos excedentes monetários, função desempenhada, até então, pelos bancos comerciais.

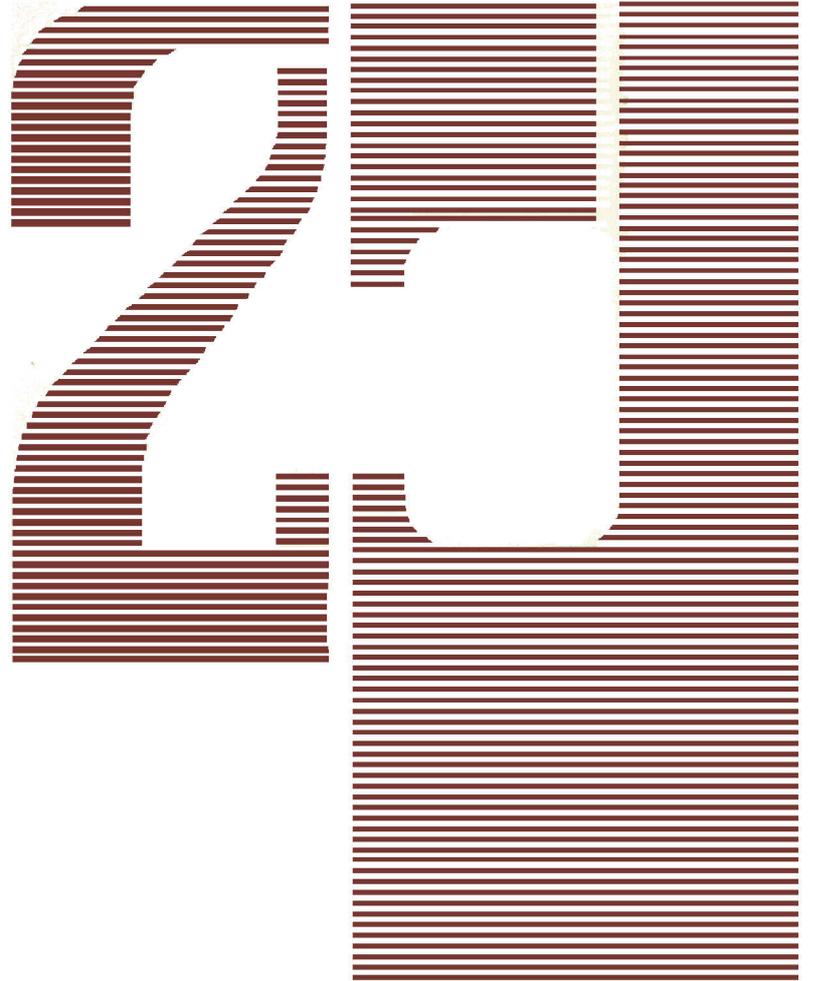
³ As operações de transferência de recursos das Autoridades Monetárias, diretamente a instituições do Governo e que, portanto, não são empréstimos, escapam à fonte de dados citada.

⁴ Constituído pelo Banco Nacional da Habitação e seus agentes, Sociedades de Crédito Imobiliário e Associações de Poupança e Empréstimos.

Para o conjunto de intermediários financeiros não-monetários os dados estão disponíveis para o País, não tendo sido possível sua desagregação a nível de Estado, como é necessário a esse trabalho. Não obstante essa limitação, as considerações feitas ao longo do texto são atinentes também a esse grupo de intermediários financeiros. A idéia subjacente é que, tanto quanto os bancos comerciais, os intermediários não-monetários respondem à racionalidade da economia de mercado, como foi comentado anteriormente.



capítulo I
o setor de intermediação financeira



CAPÍTULO I - O SETOR DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

1. Considerações iniciais

Dentro do capítulo inicial do presente trabalho, julga-se necessária uma descrição do setor de atividade em estudo. A estrutura da atividade de intermediação financeira tem sofrido rearticulações, processo que se traduz em mudanças sucessivas no marco institucional que enquadra essas atividades, como resposta às necessidades colocadas pela transmutação do sistema produtivo.

Como foi referido anteriormente, é inócua qualquer tentativa de particularização de um "sistema financeiro regional" no que diz respeito a sua estrutura formal. No período estudado, caracterizado por uma crescente integração da economia nacional, o setor financeiro está uniformemente concebido para o País. Assim, a evolução da atividade financeira, a ser descrita a seguir, identifica-se com a evolução do mesmo grupo de atividades em termos nacionais.

As atividades de intermediação financeira devem responder aos reclamos da estrutura produtiva da economia, âmbito no qual são determinadas as formas necessárias de intermediação. No espaço de tempo compreendido entre 1950-74, a economia nacional alcançou ritmos mais ou menos intensos de acumulação de capital, impondo ao sistema financeiro novas formas de intermediação.

O movimento de acumulação implica não só o aumento sistemático do volume de capital necessário, mas, principalmente, a mudança da composição dos recursos totais. A parcela de capital fixo assume proporções crescentes, repercutindo sobre o processo de criação do capital monetário⁵ e sobre sua utilização.

A mudança na composição do capital, no sentido do aumento da participação da parcela fixa, é a própria expressão do processo de acumulação. Em decorrência, amplia-se o período de rotação do capital total, ou seja, o ritmo do refluxo dos recursos adiantados se altera.

Enquanto o capital circulante deve retornar, decorrido um período de rotação, o refluxo do capital fixo dá-se em maior número de períodos, até que seja totalmente repostos. Nesse intervalo de tempo, ocorre uma acumulação periódica de liquidez, dando uma nova estrutura, em termos de volume e prazo de "congelamento", do capital monetário individual que está sendo gerado.

Por outro lado, exigências de economia de escala determinam volumes mínimos de lucros acumulados para, então, serem convertidos em capital. Entretanto, cada ciclo produtivo realiza uma fração dos lucros, sob a forma de dinheiro, que deverá ser acumu-

⁵ Capital monetário significa direitos de haver sobre a sociedade, tanto na forma de moeda corrente como na forma de títulos de propriedade que auferem renda.

lada, como capital monetário, até constituir volume suficiente para o emprego produtivo, transformando-se em acréscimo de capacidade instalada.

Assim, uma dada estrutura produtiva, delineada pelas características acima⁶, irá requerer um processo de "descongelamento" do capital monetário de acordo com suas necessidades de tempo e volume, e as atividades de intermediação financeira deverão responder a essas exigências, sob pena de transformarem-se em obstáculo institucional no movimento da acumulação.

Na liberação ou descongelamento do capital monetário, quando esse é retirado da circulação de um capital individual e posto à disposição de outros capitalistas, nasce a relação de crédito. Percebe-se, então, que as causas que levaram ao congelamento do capital, em sua forma monetária, convertem-se em tantas outras que determinam, agora, a demanda por capital monetário. O sistema financeiro fará o elo de intermediação entre os capitais individuais, além de adaptar o seu próprio capital monetário⁷.

Para bem desempenhar sua função, o sistema financeiro deverá estruturar-se sob formas distintas, de acordo com a composição do crédito que fornece — crédito para circulação e/ou crédito para capital fixo. Em ambos os casos, tem que reunir os excedentes monetários individuais que vão sendo gerados, até que alcancem volumes suficientemente grandes para a aplicação; tem que pô-los à disposição dos capitais individuais no momento apropriado e pelo lapso de tempo adequado. A diferenciação resulta, precisamente, das características do refluxo do capital monetário adiantado. Quando se destina à aquisição de capital circulante, deve refluir após um período de transformação, quando a produção é realizada e o capital volta a estar novamente sob a forma de dinheiro. Outra coisa sucede quando o capital antecipado se destina à aquisição de capital fixo. O refluxo é relativamente mais lento, dando-se ao longo de um conjunto de períodos de transformação, tempo em que o capital permanece bloqueado.

Com o crédito para capital fixo, o relacionamento banco-empresa assume novos contornos, pois, dadas as características de prazo e volume dessa relação de crédito, o banco que antecipou o capital monetário (próprio e de terceiros) passa a se interessar pela sorte futura da empresa. Essa vinculação será tanto mais profunda quanto maior for a participação dos empréstimos para capital fixo no total do crédito. No âmbito dessa vinculação nasce a tendência à concentração do capital bancário, respondendo à concentração e centralização do capital produtivo (industrial), o que é alcançado quando o banco controla grandes volumes de capital monetário, obtendo condições de melhor cumprir sua função de "instituto emissor"⁸.

2. *Evolução do setor financeiro*

Ao se examinar a maneira como tem evoluído o conjunto de atividades que com-

⁶ Há outros itens importantes que influenciam o volume e o "tipo" de capital monetário a ser posto à disposição, como a mudança no ritmo do refluxo em consequência de oscilações periódicas de conjuntura e o desenvolvimento da técnica comercial, que reduz o tempo de circulação.

⁷ Os recursos monetários de propriedade do banco constituem o capital bancário, representando esse uma parcela do capital monetário total.

⁸ À semelhança de um "banco central", o intermediário financeiro pode funcionar como instituto emissor em relação a empresas ligadas ao grupo.

põe o setor de intermediação financeira, à luz do contexto teórico acima proposto, é necessário inserir dois aspectos presentes na economia nacional: o processo inflacionário e a estrutura econômica típica de capitalismo tardio, que exigiu ponderável intervenção governamental em apoio à iniciativa privada. Tais peculiaridades, que imprimiram uma identidade ao sistema financeiro nacional, serão comentadas ao longo deste capítulo.

Distinguem-se, em geral, dois mercados dentro do sistema financeiro: aquele constituído pelas instituições ditas monetárias⁹ (mercado monetário) e pelas instituições não-monetárias¹⁰ (mercado de capitais).

As instituições não-monetárias caracterizam-se por realizarem operações de médio e longo prazo, o que é possível pela natureza de seus passivos. A captação de recursos está livre de qualquer recolhimento compulsório e a sua capacidade de multiplicar o crédito está, em certa medida, descolada da expansão da base monetária. Nesse grupo, é significativa a participação de institutos financeiros do Governo, principalmente quando se alargam os prazos e volumes dos financiamentos.

As instituições monetárias operam com prazos mais reduzidos, pois seus passivos são constituídos, principalmente, de depósitos à vista. Até 1964, os bancos comerciais respondiam pela quase totalidade das transações no mercado financeiro. Após a estruturação do Sistema Financeiro Nacional, em 1965, instala-se a especialização das entidades que operam no mercado financeiro e os bancos comerciais vêem decrescida sua participação no total de empréstimos.

Dividiu-se o período sob análise (1950-74) em dois segmentos, de acordo com a reorientação institucional verificada. Descreveu-se a evolução institucional do setor nos períodos 1950-64 e 1965-74. Essa participação serve como ponto de referência e, assim, não é vista de modo rígido. Várias modificações no sistema financeiro, embora concebidas no início do período 1965-74, foram implementadas ao longo do tempo.

2.1 - Evolução do Setor Financeiro: período 1950-64

O setor de intermediação financeira, no período 1950-64, era constituído, basicamente, por bancos comerciais privados e estatais e seu modo de operação refletia a estrutura do mercado financeiro — transações de pequeno volume e prazos curtos. Respondiam, principalmente, às necessidades de crédito de circulação. A estrutura do passivo dos bancos (ver Tabela 1) mostra o caráter de recursos de curto prazo dos excedentes monetários que afluíam ao mercado (depósitos à vista e curto prazo). Embora, no período em epígrafe, já tenham surgido instituições financeiras não-monetárias¹¹, seu vo-

⁹ Compreende Autoridades Monetárias, Bancos Comerciais Privados e Oficiais e Caixas Econômicas.

¹⁰ Compreende as Financeiras, Bancos de Investimento, Bancos de Desenvolvimento, Instituições do Sistema Financeiro de Habitação (Sociedade de Crédito e Investimento, Associação de Poupança e Empréstimo), Corretoras e Distribuidoras de Valores e Bolsa.

¹¹ Na década de 50 começa a operar o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e surgem algumas financeiras. No começo da década de 60 é criado o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.

lume de crédito concedido era pequeno, relativamente aos bancos comerciais¹².

Tabela 1

Depósitos à vista e a curto prazo, depósitos a prazo e participação percentual, em relação ao total de depósitos, nos bancos comerciais (inclusive Banco do Brasil) do Rio Grande do Sul — 1952-67

DISCRIMINAÇÃO	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959
Total de depósitos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Depósitos à vista e a curto prazo	82,04	80,26	81,42	86,54	90,33	92,54	93,62	94,62
Depósitos a prazo	17,96	19,74	18,58	13,46	9,67	7,46	6,38	5,38

DISCRIMINAÇÃO	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967
Total de depósitos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Depósitos à vista e a curto prazo	95,00	94,03	95,50	96,10	96,32	97,97	94,80	93,64
Depósitos a prazo	5,00	5,97	4,50	3,90	3,68	2,03	5,20	6,36

FONTES DOS DADOS BRUTOS: ESTATÍSTICA BANCÁRIA. Porto Alegre, Departamento Estadual de Estatística, /s.d./.

MOVIMENTO BANCÁRIO DO BRASIL. /s.l./ Secretaria da Receita Federal, /s.d./.

Nesse período, o processo inflacionário desempenhou um duplo papel no sentido da substituição parcial do mercado financeiro como instituto de financiamento. Por um lado, revelou-se um poderoso mecanismo de financiamento às atividades produtivas que, em certa medida, puderam prescindir dos intermediários, pois viram seu poder de autofinanciamento aumentado. Por outro lado, a inexistência de mecanismos legais e/ou operacionais de reajuste, contra a perda de valor real da moeda, desestimulava os credores, limitando o afluxo de excedente monetário para o sistema bancário. Apesar de o sistema financeiro ter encontrado formas de conviver com a lei da usura, que limitava a taxa de juros em 12% ao ano, tal contexto, possivelmente, subtraiu parte dos recursos que lhe seriam drenados, dando origem a mercados monetários paralelos e estimulando a esterilização de excedentes potenciais em aplicações imobiliárias, além de frustrar qualquer tentativa de desenvolvimento ulterior de um mercado financeiro de prazos mais longos.

Deve-se salientar que o "modus vivendi" alcançado entre bancos e o estatuto legal (lei da usura) refletiu a posição privilegiada que desfruta o capital bancário frente aos demais capitais — industrial e comercial. A lei da usura era mais observada ao se tratar de juros passivos, isto é, os bancos não remuneravam seus depósitos acima

¹² Em 1960, a maior parte dos empréstimos ao setor privado (do País) era fornecida pelo sistema bancário. 93% dos haveres financeiros possuídos pelo público era na forma de papel-moeda e depósitos à vista no sistema bancário. Vide: CONJUNTURA ECONÔMICA, Rio de Janeiro, FGV, v. 26, n. 9, set. 1972.

de 12% ao ano. No entanto, vários artifícios foram criados, facultando ao banco a elevação substancial das taxas de juro cobradas pelos empréstimos, contornando a citada lei. Assim, os bancos adaptaram-se a uma situação inflacionária, revelando-se também, nessa conjuntura, um negócio altamente lucrativo, apesar da fuga possível de recursos. Nesse período, o sistema financeiro transformou, paulatinamente, capital monetário em capital bancário¹³, através dos lucros auferidos, em um processo de acumulação que se vai refletir em mudanças significativas no setor, as quais se institucionalizam após 1964.

A procura de meios alternativos de financiamento, no período 1950-64, que não o sistema bancário, pode ser visualizada na Tabela 2. Mesmo considerando o acréscimo da capacidade das empresas em autofinanciar-se, é correto esperar que, no período em análise, tenham aumentado as relações de débito na economia. O crescimento econômico, verificado no período, deu-se através de um aprofundamento da divisão do trabalho, isto é, as unidades produtivas tornaram-se mais interdependentes, aumentando a necessidade da circulação de mercadorias e, em contrapartida, aumentando a circulação de moeda que vai ter aos bancos como depósitos de curto prazo. Por outro lado, o crescimento econômico se traduz na destruição parcial de formas autárquicas de produção, integrando, progressivamente, as economias de subsistência no sistema de mercado, ou seja, monetizando a economia. Tais aspectos deveriam refletir-se numa relação empréstimos do setor bancário/PIL crescente. Entretanto, conforme a Tabela 2, no período considerado, essa relação mostrou-se oscilante de 1952-60 e decrescente de 1961-64, evidenciando a tendência dos excedentes monetários a procurar aplicações mais rentáveis do que os 12% ao ano de juros pagos pelos bancos comerciais.

Tabela 2

Relação empréstimos bancários/PIL — 1952-73

ANOS	%	ANOS	%
1952	0,246	1963	0,208
1953	0,248	1964	0,207
1954	0,267	1965	0,183
1955	0,251	1966	0,181
1956	0,234	1967	0,216
1957	0,236	1968	0,280
1958	0,244	1969	0,318
1959	0,256	1970	0,380
1960	0,289	1971	0,441
1961	0,258	1972	0,442
1962	0,241	1973	0,439

FONTE DOS DADOS BRUTOS: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. 25 anos de economia gaúcha; uma visão global da economia do Estado. Porto Alegre, 1976.

¹³ O Capítulo II encerra uma discussão mais detida sobre o crescimento do setor financeiro em termos de apropriação de renda.

Os empréstimos dos bancos comerciais, vistos pelo enfoque do setor de destino e por tipo de banco (Banco do Brasil, comerciais privados e oficiais), constam na Tabela 3¹⁴. Pode-se observar a significativa participação do Banco do Brasil no total de empréstimos e sua especialização como instituto de crédito rural, (em 1952 participava com 43% do total de empréstimos e com 65% dos créditos à lavoura e pecuária; em 1967 essas participações passam a 58% e 83%, respectivamente), setor de poucos atrativos aos bancos privados, pelos riscos relativamente mais altos das operações e pelos prazos mais ampliados de financiamento. A expansão das operações do Banco do Brasil mostra uma das formas de participação do Governo em resposta às exigências da implantação de um setor industrial avançado no País. À medida que fornece créditos preferenciais (taxas de juros subsidiadas e prazos dilatados) ao setor primário, o Banco do Brasil colabora na redução do custo de produção dos produtos agrícolas. Essa possibilidade de obtenção de matérias-primas agrícolas e alimentos a preços relativamente mais baixos amplia a capacidade de acumulação do capital industrial. Assim, uma das maneiras possíveis de oferecer os excedentes monetários, nos volumes, prazos e custos necessários, foi concentrando-os em uma instituição do Governo que os poderia aumentar utilizando recursos públicos, isto é, fundos orçamentários e emissões. Para bem cumprir essa função, os capitais privados seriam inadequados, no mínimo, pela sua dispersão.

O desenvolvimento do sistema financeiro não-monetário efetua-se, basicamente, a partir de 1964. Até então, as únicas instituições não-monetárias existentes eram BNDE e o BRDE (esse aparece no fim do período, em 1962), instituições que operam com recursos públicos e destinadas a suprir créditos de médio e longo prazos, e as Financeiras cuja importância como intermediários financeiros ocorreu a partir de 1964.

O BNDE, utilizando recursos obtidos por vias fiscais — adicionais do imposto de renda, verbas orçamentárias etc. — e repassando fundos de instituições de crédito internacionais, foi a única instituição financeira a prover créditos para capital fixo no período assinalado. Representava, no plano financeiro, a contrapartida da participação governamental no sistema produtivo, preenchendo os "vazios" deixados pela iniciativa privada ao se implantar um sistema industrial descontínuo em relação à dotação interna de fatores produtivos. Assim, o BNDE foi o principal instituto de financiamento da implantação do Setor Produtivo Estatal no País.

O BRDE iniciou suas operações, em 1962, utilizando dotações orçamentárias dos estados membros como fonte básica de recursos. Como instituição de crédito oficial, operando no âmbito regional, foi proposta para suprir faixas de crédito de médio e longo prazos. A evolução dos empréstimos do BRDE, no Rio Grande do Sul, pode ser vista na Tabela 4. No período 1965-74, o BRDE ampliou sua atuação no mercado financeiro do Estado, atuando, principalmente, como repassador de recursos federais (Tabela 5). A crescente utilização, por parte do BRDE, de recursos de terceiros reflete sua integração no sistema nacional de financiamentos oficiais, de médio e longo prazos. Assim as aplicações do BRDE são orientadas conforme as decisões de política econômica tomadas pelo Governo central. Os volumes de crédito e as atividades de destino já estão, de certa forma, predeterminados, o que estabelece parâmetros à gama de opções econômicas locais.

¹⁴ Em 1968 passa a vigorar o novo sistema de contabilização dos bancos comerciais. Portanto, a segmentação na série de dados ocorre em 1968. Os bancos estrangeiros são englobados nos bancos privados e é isolado o banco oficial estadual.

Tabela 3

Empréstimos por tipo de banco comercial e por setor de destino,
no Rio Grande do Sul — 1952-67

(Em Cr\$ 1 000)

PRINCIPAIS CONTAS	TIPOS DE BANCOS	1952			1953		
		Valor	% (1)	% (2)	Valor	% (1)	% (2)
Total de empréstimos	TOTAL	7 546	100	100	9 839	100	100
	Banco do Brasil	3 252	43,10	43,10	4 055	41,21	41,21
	Bancos Nacionais	4 038	53,51	53,51	5 488	55,78	55,78
	Bancos Estrangeiros	256	3,39	3,39	296	3,01	3,01
Ao governo e autarquias	TOTAL	960	12,72	100	1 119	11,37	100
	Banco do Brasil	811	10,74	84,48	910	9,25	81,32
	Bancos Nacionais	149	1,98	15,52	208	2,11	18,59
	Bancos Estrangeiros	-	-	-	1	0,01	0,09
A bancos	TOTAL	60	0,79	100	60	0,61	100
	Banco do Brasil	60	0,79	100	60	0,61	100
	Bancos Nacionais	-	-	-	-	-	-
	Bancos Estrangeiros	-	-	-	-	-	-
Ao comércio	TOTAL	2 202	29,18	100	3 028	30,78	100
	Banco do Brasil	367	4,86	16,67	384	3,90	12,68
	Bancos Nacionais	1 724	22,85	78,29	2 480	25,21	81,90
	Bancos Estrangeiros	111	1,47	5,04	164	1,67	5,42
À indústria	TOTAL	2 085	27,63	100	2 608	26,51	100
	Banco do Brasil	447	5,92	21,44	597	6,07	22,89
	Bancos Nacionais	1 506	19,96	72,23	1 888	19,19	72,39
	Bancos Estrangeiros	132	1,75	6,33	123	1,25	4,72
À lavoura	TOTAL	602	7,98	100	1 061	10,78	100
	Banco do Brasil	490	6,49	81,40	907	9,22	85,49
	Bancos Nacionais	110	1,46	18,27	153	1,55	14,42
	Bancos Estrangeiros	2	0,03	0,33	1	0,01	0,09
À pecuária	TOTAL	814	10,79	100	964	9,80	100
	Banco do Brasil	438	5,81	53,81	478	4,86	49,59
	Bancos Nacionais	376	4,98	46,19	486	4,94	50,41
	Bancos Estrangeiros	-	-	-	-	-	-
A particulares	TOTAL	823	10,91	100	999	10,15	100
	Banco do Brasil	639	8,47	77,64	719	7,31	71,97
	Bancos Nacionais	173	2,29	21,02	273	2,77	27,33
	Bancos Estrangeiros	11	0,15	1,34	7	0,07	0,70
Com correção monetária	TOTAL	-	-	-	-	-	-
	Banco do Brasil	-	-	-	-	-	-
	Bancos Nacionais	-	-	-	-	-	-
	Bancos Estrangeiros	-	-	-	-	-	-

(continua)

Tabela 3

Empréstimos por tipo de banco comercial e por setor de destino,
no Rio Grande do Sul — 1952-67

(Em Cr\$ 1 000)

PRINCIPAIS CONTAS	TIPOS DE BANCOS	1954			1955		
		Valor	% (1)	% (2)	Valor	% (1)	% (2)
Total de empréstimos	TOTAL	13 489	100	100	16 438	100	100
	Banco do Brasil	7 156	53,05	53,05	9 733	59,21	59,21
	Bancos Nacionais	6 095	45,19	45,19	6 391	38,88	38,88
	Bancos Estrangeiros	238	1,76	1,76	314	1,91	1,91
Ao governo e autarquias	TOTAL	1 923	14,26	100	2 735	16,64	100
	Banco do Brasil	1 644	12,19	85,49	2 423	14,74	88,59
	Bancos Nacionais	279	2,07	14,51	312	1,90	11,41
	Bancos Estrangeiros	-	-	-	-	-	-
A bancos	TOTAL	90	0,67	100	60	0,36	100
	Banco do Brasil	90	0,67	100	60	0,36	100
	Bancos Nacionais	-	-	-	-	-	-
	Bancos Estrangeiros	-	-	-	-	-	-
Ao comércio	TOTAL	3 918	29,05	100	4 441	27,02	100
	Banco do Brasil	969	7,19	24,73	1 306	7,95	29,41
	Bancos Nacionais	2 810	20,83	71,72	2 948	17,93	66,38
	Bancos Estrangeiros	139	1,03	3,55	187	1,14	4,21
À indústria	TOTAL	4 246	31,48	100	4 833	29,40	100
	Banco do Brasil	2 009	14,90	47,31	2 531	15,40	52,37
	Bancos Nacionais	2 142	15,88	50,45	2 181	13,27	45,13
	Bancos Estrangeiros	95	0,70	2,24	121	0,73	2,50
À lavoura	TOTAL	1 897	14,06	100	2 851	17,34	100
	Banco do Brasil	1 759	13,04	92,73	2 708	16,47	94,98
	Bancos Nacionais	138	1,02	7,70	143	0,87	5,02
	Bancos Estrangeiros	-	-	-	-	-	-
À pecuária	TOTAL	1 088	8,06	100	1 117	6,80	100
	Banco do Brasil	668	4,95	61,40	690	4,20	61,77
	Bancos Nacionais	420	3,11	38,60	427	2,60	38,23
	Bancos Estrangeiros	-	-	-	-	-	-
A particulares	TOTAL	327	2,42	100	401	2,44	100
	Banco do Brasil	17	0,12	5,20	15	0,09	3,74
	Bancos Nacionais	306	2,27	93,58	380	2,31	94,76
	Bancos Estrangeiros	4	0,03	1,22	6	0,04	1,50
Com correção monetária	TOTAL	-	-	-	-	-	-
	Banco do Brasil	-	-	-	-	-	-
	Bancos Nacionais	-	-	-	-	-	-
	Bancos Estrangeiros	-	-	-	-	-	-

(continua)

Tabela 3

Empréstimos por tipo de banco comercial e por setor de destino,
no Rio Grande do Sul — 1952-67

(Em Cr\$ 1 000)

PRINCIPAIS CONTAS	TIPOS DE BANCOS	1956			1957		
		Valor	% (1)	% (2)	Valor	% (1)	% (2)
Total de empréstimos	TOTAL	20 159	100	100	23 667	100	100
	Banco do Brasil	11 573	57,41	57,41	13 168	55,64	55,64
	Bancos Nacionais	8 224	40,80	40,80	10 082	42,60	42,60
	Bancos Estrangeiros	362	1,79	1,79	417	1,76	1,76
Ao governo e autarquias	TOTAL	2 484	12,32	100	2 896	12,24	100
	Banco do Brasil	2 251	11,17	90,62	2 626	11,10	90,68
	Bancos Nacionais	233	1,15	9,38	270	1,14	9,32
	Bancos Estrangeiros	-	-	-	-	-	-
A bancos	TOTAL	56	0,28	100	44	0,19	100
	Banco do Brasil	56	0,28	100	44	0,19	100
	Bancos Nacionais	-	-	-	-	-	-
	Bancos Estrangeiros	-	-	-	-	-	-
Ao comércio	TOTAL	5 393	26,75	100	5 759	24,33	100
	Banco do Brasil	1 535	7,61	28,46	1 129	4,77	19,60
	Bancos Nacionais	3 639	18,05	67,48	4 387	18,53	76,18
	Bancos Estrangeiros	219	1,09	4,06	243	1,03	4,22
À indústria	TOTAL	6 345	31,47	100	7 397	31,25	100
	Banco do Brasil	3 263	16,18	51,43	3 717	15,70	50,25
	Bancos Nacionais	2 945	14,61	46,41	3 517	14,86	47,55
	Bancos Estrangeiros	137	0,68	2,16	163	0,69	2,20
À lavoura	TOTAL	3 947	19,58	100	5 225	22,08	100
	Banco do Brasil	3 713	18,42	94,07	4 822	20,38	92,29
	Bancos Nacionais	233	1,16	5,90	403	1,70	7,71
	Bancos Estrangeiros	1	-	0,03	-	-	-
À pecuária	TOTAL	1 352	6,71	100	1 590	6,72	100
	Banco do Brasil	741	3,68	54,81	822	3,47	51,70
	Bancos Nacionais	611	3,03	45,19	768	3,25	48,30
	Bancos Estrangeiros	-	-	-	-	-	-
A particulares	TOTAL	582	2,89	100	756	3,19	100
	Banco do Brasil	14	0,07	2,40	8	0,03	1,06
	Bancos Nacionais	563	2,79	96,74	737	3,11	97,49
	Bancos Estrangeiros	5	0,03	0,86	11	0,05	1,45
Com correção monetária	TOTAL	-	-	-	-	-	-
	Banco do Brasil	-	-	-	-	-	-
	Bancos Nacionais	-	-	-	-	-	-
	Bancos Estrangeiros	-	-	-	-	-	-

(continua)

Tabela 3

Empréstimos por tipo de banco comercial e por setor de destino,
no Rio Grande do Sul — 1952-67

(Em Cr\$ 1 000)

PRINCIPAIS CONTAS	TIPOS DE BANCOS	1958			1959		
		Valor	% (1)	% (2)	Valor	% (1)	% (2)
Total de empréstimos	TOTAL	27 467	100	100	37 643	100	100
	Banco do Brasil	15 755	57,36	57,36	21 600	57,38	57,38
	Bancos Nacionais	11 241	40,92	40,92	15 481	41,13	41,13
	Bancos Estrangeiros	471	1,72	1,72	562	1,49	1,49
Ao governo e autarquias	TOTAL	2 483	9,04	100	3 296	8,76	100
	Banco do Brasil	2 118	7,71	85,30	2 823	7,50	85,65
	Bancos Nacionais	365	1,33	14,70	473	1,26	14,35
	Bancos Estrangeiros	-	-	-	-	-	-
A bancos	TOTAL	32	0,12	100	41	0,11	100
	Banco do Brasil	32	0,12	100	20	0,05	48,78
	Bancos Nacionais	-	-	-	21	0,06	51,22
	Bancos Estrangeiros	-	-	-	-	-	-
Ao comércio	TOTAL	6 777	24,67	100	8 246	21,90	100
	Banco do Brasil	1 574	5,73	23,23	1 309	3,48	15,87
	Bancos Nacionais	4 936	17,97	72,83	6 645	17,65	80,59
	Bancos Estrangeiros	267	0,97	3,94	292	0,77	3,54
À indústria	TOTAL	8 993	32,74	100	11 168	29,67	100
	Banco do Brasil	4 935	17,97	54,88	5 731	15,23	51,32
	Bancos Nacionais	3 868	14,08	43,01	5 181	13,76	46,39
	Bancos Estrangeiros	190	0,69	2,11	256	0,68	2,29
À lavoura	TOTAL	6 389	23,26	100	10 882	28,91	100
	Banco do Brasil	6 031	21,96	94,40	10 301	27,37	94,66
	Bancos Nacionais	358	1,30	5,60	581	1,54	5,34
	Bancos Estrangeiros	-	-	-	-	-	-
À pecuária	TOTAL	1 868	6,80	100	2 522	6,70	100
	Banco do Brasil	1 057	3,85	56,59	1 407	3,74	55,79
	Bancos Nacionais	811	2,95	43,41	1 115	2,96	44,21
	Bancos Estrangeiros	-	-	-	-	-	-
A particulares	TOTAL	925	3,37	100	1 488	3,95	100
	Banco do Brasil	8	0,03	0,87	9	0,02	0,61
	Bancos Nacionais	903	3,29	97,62	1 465	3,89	98,45
	Bancos Estrangeiros	14	0,05	1,51	14	0,04	0,94
Com correção monetária	TOTAL	-	-	-	-	-	-
	Banco do Brasil	-	-	-	-	-	-
	Bancos Nacionais	-	-	-	-	-	-
	Bancos Estrangeiros	-	-	-	-	-	-

(continua)

Tabela 3

Empréstimos por tipo de banco comercial e por setor de destino,
no Rio Grande do Sul — 1952-67

(Em Cr\$ 1 000)

PRINCIPAIS CONTAS	TIPOS DE BANCOS	1960			1961		
		Valor	% (1)	% (2)	Valor	% (1)	% (2)
Total de empréstimos	TOTAL	58 043	100	100	76 528	100	100
	Banco do Brasil	35 639	61,41	61,41	44 473	58,11	58,11
	Bancos Nacionais	21 760	37,49	37,49	31 246	40,83	40,83
	Bancos Estrangeiros	644	1,10	1,10	809	1,06	1,06
Ao governo e autarquias	TOTAL	7 587	13,07	100	6 129	8,01	100
	Banco do Brasil	6 869	11,83	90,54	5 043	6,59	82,28
	Bancos Nacionais	718	1,24	9,46	1 086	1,42	17,72
	Bancos Estrangeiros	-	-	-	-	-	-
A bancos	TOTAL	13	0,02	100	-	-	-
	Banco do Brasil	8	0,01	61,54	-	-	-
	Bancos Nacionais	5	0,01	38,46	-	-	-
	Bancos Estrangeiros	-	-	-	-	-	-
Ao comércio	TOTAL	11 654	20,08	100	15 649	20,45	100
	Banco do Brasil	2 179	3,75	18,70	2 446	3,20	15,63
	Bancos Nacionais	9 141	15,75	78,44	12 886	16,84	82,34
	Bancos Estrangeiros	334	0,58	2,86	317	0,41	2,03
À indústria	TOTAL	15 616	26,90	100	22 826	29,83	100
	Banco do Brasil	7 801	13,44	49,96	10 777	14,08	47,22
	Bancos Nacionais	7 522	12,96	48,17	11 612	15,18	50,87
	Bancos Estrangeiros	293	0,50	1,87	437	0,57	1,91
À lavoura	TOTAL	16 866	29,06	100	23 732	31,01	100
	Banco do Brasil	16 089	27,72	95,39	22 647	29,59	95,43
	Bancos Nacionais	777	1,34	4,61	1 049	1,37	4,42
	Bancos Estrangeiros	-	-	-	36	0,05	0,15
À pecuária	TOTAL	4 346	7,49	100	5 715	7,47	100
	Banco do Brasil	2 682	4,62	61,71	3 525	4,61	61,68
	Bancos Nacionais	1 664	2,87	38,29	2 190	2,86	38,32
	Bancos Estrangeiros	-	-	-	-	-	-
A particulares	TOTAL	1 961	3,38	100	2 477	3,23	100
	Banco do Brasil	11	0,02	0,56	35	0,04	1,41
	Bancos Nacionais	1 933	3,33	98,57	2 423	3,17	97,82
	Bancos Estrangeiros	17	0,03	0,87	19	0,02	0,77
Com correção monetária	TOTAL	-	-	-	-	-	-
	Banco do Brasil	-	-	-	-	-	-
	Bancos Nacionais	-	-	-	-	-	-
	Bancos Estrangeiros	-	-	-	-	-	-

(continua)

Tabela 3

Empréstimos por tipo de banco comercial e por setor de destino,
no Rio Grande do Sul --- 1952-67

(Em Cr\$ 1 000)

PRINCIPAIS CONTAS	TIPOS DE BANCOS	1962			1963		
		Valor	% (1)	% (2)	Valor	% (1)	% (2)
Total de empréstimos	TOTAL	122 679	100	100	190 667	100	100
	Banco do Brasil	72 662	59,23	59,23	117 824	61,80	61,80
	Bancos Nacionais	48 958	39,91	39,91	71 259	37,37	37,37
	Bancos Estrangeiros	1 059	0,86	0,86	1 584	0,83	0,83
Ao governo e autarquias	TOTAL	12 199	9,94	100	21 487	11,27	100
	Banco do Brasil	9 610	7,83	78,78	16 370	8,59	76,19
	Bancos Nacionais	2 589	2,11	21,22	5 117	2,68	23,81
	Bancos Estrangeiros	-	-	-	-	-	-
A bancos	TOTAL	-	-	-	-	-	-
	Banco do Brasil	-	-	-	-	-	-
	Bancos Nacionais	-	-	-	-	-	-
	Bancos Estrangeiros	-	-	-	-	-	-
Ao comércio	TOTAL	24 900	20,30	100	34 786	18,24	100
	Banco do Brasil	4 753	3,87	19,09	7 908	4,15	22,73
	Bancos Nacionais	19 734	16,09	79,25	26 321	13,80	75,67
	Bancos Estrangeiros	413	0,34	1,66	557	0,29	1,60
À indústria	TOTAL	34 799	28,37	100	55 588	29,16	100
	Banco do Brasil	17 311	14,11	49,75	27 481	14,41	49,44
	Bancos Nacionais	16 874	13,76	48,49	27 158	14,25	48,85
	Bancos Estrangeiros	614	0,50	1,76	949	0,50	1,71
À lavoura	TOTAL	33 751	27,51	100	55 482	29,10	100
	Banco do Brasil	32 293	26,32	95,68	52 750	27,67	95,08
	Bancos Nacionais	1 448	1,18	4,29	2 688	1,41	4,84
	Bancos Estrangeiros	10	0,01	0,03	44	0,02	0,08
À pecuária	TOTAL	12 892	10,51	100	18 217	9,55	100
	Banco do Brasil	8 407	6,85	65,21	12 962	6,80	71,15
	Bancos Nacionais	4 485	3,66	34,79	5 255	2,75	28,85
	Bancos Estrangeiros	-	-	-	-	-	-
A particulares	TOTAL	4 138	3,37	100	5 107	2,68	100
	Banco do Brasil	288	0,23	6,96	353	0,18	6,91
	Bancos Nacionais	3 828	3,12	92,51	4 720	2,48	92,42
	Bancos Estrangeiros	22	0,02	0,53	34	0,02	0,67
Com correção monetária	TOTAL	-	-	-	-	-	-
	Banco do Brasil	-	-	-	-	-	-
	Bancos Nacionais	-	-	-	-	-	-
	Bancos Estrangeiros	-	-	-	-	-	-

(continua)

Tabela 3

Empréstimos por tipo de banco comercial e por setor de destino,
no Rio Grande do Sul — 1952-67

(Em Cr\$ 1 000)

PRINCIPAIS CONTAS	TIPOS DE BANCOS	1964			1965		
		Valor	% (1)	% (2)	Valor	% (1)	% (2)
Total de empréstimos	TOTAL	365 431	100	100	503 297	100	100
	Banco do Brasil	230 375	63,04	63,04	280 659	55,76	55,76
	Bancos Nacionais	132 456	36,25	36,25	216 419	43,00	43,00
	Bancos Estrangeiros	2 600	0,71	0,71	6 219	1,24	1,24
Ao governo e autarquias	TOTAL	44 927	12,29	100	65 022	12,92	100
	Banco do Brasil	38 499	10,53	85,69	56 916	11,31	87,53
	Bancos Nacionais	6 428	1,76	14,31	8 106	1,61	12,47
	Bancos Estrangeiros	-	-	-	-	-	-
A bancos	TOTAL	-	-	-	-	-	-
	Banco do Brasil	-	-	-	-	-	-
	Bancos Nacionais	-	-	-	-	-	-
	Bancos Estrangeiros	-	-	-	-	-	-
Ao comércio	TOTAL	55 647	15,23	100	80 859	16,07	100
	Banco do Brasil	11 082	3,03	19,92	14 060	2,80	17,39
	Bancos Nacionais	43 674	11,95	78,48	64 533	12,82	79,81
	Bancos Estrangeiros	891	0,25	1,60	2 266	0,45	2,80
À indústria	TOTAL	96 243	26,34	100	148 211	29,45	100
	Banco do Brasil	40 455	11,07	42,04	53 350	10,60	36,00
	Bancos Nacionais	54 129	14,81	56,24	91 179	18,12	61,52
	Bancos Estrangeiros	1 659	0,46	1,72	3 682	0,73	2,48
À lavoura	TOTAL	127 967	35,02	100	163 112	32,41	100
	Banco do Brasil	118 471	32,42	92,58	145 038	28,82	88,92
	Bancos Nacionais	9 475	2,59	7,40	17 999	3,58	11,03
	Bancos Estrangeiros	21	0,01	0,02	75	0,01	0,05
À pecuária	TOTAL	32 007	8,76	100	30 862	6,13	100
	Banco do Brasil	21 696	5,94	67,78	11 210	2,23	36,32
	Bancos Nacionais	10 311	2,82	32,22	19 652	3,90	63,68
	Bancos Estrangeiros	-	-	-	-	-	-
A particulares	TOTAL	8 640	2,36	100	15 231	3,02	100
	Banco do Brasil	172	0,04	1,99	85	0,01	0,56
	Bancos Nacionais	8 439	2,31	97,67	14 950	2,97	98,15
	Bancos Estrangeiros	29	0,01	0,34	196	0,04	1,29
Com correção monetária	TOTAL	-	-	-	-	-	-
	Banco do Brasil	-	-	-	-	-	-
	Bancos Nacionais	-	-	-	-	-	-
	Bancos Estrangeiros	-	-	-	-	-	-

(continua)

Empréstimos por tipo de banco comercial e por setor de destino,
no Rio Grande do Sul — 1952-67

(Em Cr\$ 1 000)

PRINCIPAIS CONTAS	TIPOS DE BANCOS	1966			1967		
		Valor	% (1)	% (2)	Valor	% (1)	% (2)
Total de empréstimos	TOTAL	694 306	100	100	1 086 570	100	100
	Banco do Brasil	410 860	59,18	59,18	630 666	58,04	58,04
	Bancos Nacionais	278 177	40,06	40,06	449 698	41,39	41,39
	Bancos Estrangeiros	5 269	0,76	0,76	6 206	0,57	0,57
Ao governo e autarquias	TOTAL	18 338	2,64	100	49 805	4,58	100
	Banco do Brasil	13 050	1,88	71,16	26 784	2,46	53,78
	Bancos Nacionais	5 288	0,76	28,84	23 021	2,12	46,22
	Bancos Estrangeiros	-	-	-	-	-	-
A bancos	TOTAL	46	0,01	100	-	-	-
	Banco do Brasil	-	-	-	-	-	-
	Bancos Nacionais	46	0,01	100	-	-	-
	Bancos Estrangeiros	-	-	-	-	-	-
Ao comércio	TOTAL	96 775	13,94	100	145 497	13,39	100
	Banco do Brasil	17 440	2,51	18,02	29 782	2,74	20,47
	Bancos Nacionais	77 526	11,17	80,11	114 627	10,55	78,78
	Bancos Estrangeiros	1 809	0,26	1,87	1 088	0,10	0,75
À indústria	TOTAL	224 626	32,35	100	304 867	28,06	100
	Banco do Brasil	104 863	15,10	46,68	127 786	11,76	41,92
	Bancos Nacionais	116 943	16,84	52,06	173 602	15,98	56,94
	Bancos Estrangeiros	2 820	0,41	1,26	3 479	0,32	1,14
À lavoura	TOTAL	249 277	35,90	100	419 415	38,60	100
	Banco do Brasil	228 367	32,89	91,61	376 765	34,67	89,83
	Bancos Nacionais	20 910	3,01	8,39	42 024	3,87	10,02
	Bancos Estrangeiros	-	-	-	626	0,06	0,15
À pecuária	TOTAL	72 319	10,42	100	111 881	10,30	100
	Banco do Brasil	45 058	6,49	62,31	64 133	5,90	57,32
	Bancos Nacionais	26 833	3,87	37,10	47 077	4,34	42,08
	Bancos Estrangeiros	428	0,06	0,59	671	0,06	0,60
A particulares	TOTAL	26 351	3,79	100	52 524	4,83	100
	Banco do Brasil	2 082	0,30	7,90	5 416	0,50	10,31
	Bancos Nacionais	24 106	3,47	91,48	46 839	4,31	89,18
	Bancos Estrangeiros	163	0,02	0,62	269	0,02	0,51
Com correção monetária	TOTAL	6 574	0,95	100	2 581	0,24	100
	Banco do Brasil	-	-	-	-	-	-
	Bancos Nacionais	6 525	0,94	99,26	2 508	0,23	97,17
	Bancos Estrangeiros	49	0,01	0,74	73	0,01	2,83

FONTE: Estatística Bancária e Movimento Bancário do Brasil.

(1) Percentual do total de Empréstimos por destino e por tipo de Banco. (2) Percentual do total de cada destino, segundo o tipo de Banco.

Tabela 3A

Empréstimos, por tipo de banco comercial e por setor de destino,
no Rio Grande do Sul — 1968-74

(Em Cr\$ 1 000)

PRINCIPAIS CONTAS	BANCOS COMERCIAIS	1968		
		Valor	% (1)	% (2)
Total de empréstimos	TOTAL	1 883 900	100	100
	Banco do Brasil	1 096 978	58,23	58,23
	Bancos Oficiais do Estado	310 044	16,46	16,46
	Bancos Privados	476 878	25,31	25,31
À produção agrícola e animal	TOTAL	602 175	31,96	100
	Banco do Brasil	457 706	24,30	76,01
	Bancos Oficiais do Estado	55 387	2,94	9,20
	Bancos Privados	89 082	4,72	14,79
À produção industrial	TOTAL	350 946	18,63	100
	Banco do Brasil	85 617	4,54	24,40
	Bancos Oficiais do Estado	92 650	4,92	26,40
	Bancos Privados	172 679	9,17	49,20
Ao comércio de produtos agrícolas e animais	TOTAL	363 187	19,28	100
	Banco do Brasil	332 545	17,65	91,56
	Bancos Oficiais do Estado	8 407	0,45	2,32
	Bancos Privados	22 235	1,18	6,12
Ao comércio de produtos industriais	TOTAL	245 294	13,03	100
	Banco do Brasil	142 626	7,57	58,14
	Bancos Oficiais do Estado	23 935	1,27	9,76
	Bancos Privados	78 733	4,19	32,10
Ao comércio de produtos não especificados	TOTAL	32 479	1,72	100
	Banco do Brasil	-	-	-
	Bancos Oficiais do Estado	9 482	0,50	29,19
	Bancos Privados	22 997	1,22	70,81
A cooperativas de produção	TOTAL	65 347	3,47	100
	Banco do Brasil	40 850	2,17	62,51
	Bancos Oficiais do Estado	4 595	0,24	7,03
	Bancos Privados	19 902	1,06	30,46
A atividades não especificadas	TOTAL	114 064	6,05	100
	Banco do Brasil	21 854	1,16	19,16
	Bancos Oficiais do Estado	22 144	1,18	19,41
	Bancos Privados	70 066	3,71	61,43
Ao governo e autarquias	TOTAL	109 403	5,81	100
	Banco do Brasil	15 780	0,84	14,43
	Bancos Oficiais do Estado	93 444	4,96	85,41
	Bancos Privados	179	0,01	0,16
A instituições financeiras	TOTAL	1 005	0,05	100
	Banco do Brasil	-	-	-
	Bancos Oficiais do Estado	-	-	-
	Bancos Privados	1 005	0,05	100

(continua)

Empréstimos, por tipo de banco comercial e por setor de destino,
no Rio Grande do Sul — 1968-74

(Em Cr\$ 1 000)

PRINCIPAIS CONTAS	BANCOS COMERCIAIS	1969		
		Valor	% (1)	% (2)
Total de empréstimos	TOTAL	2 850 764	100	100
	Banco do Brasil	1 807 421	63,40	63,40
	Bancos Oficiais do Estado	394 477	13,84	13,84
	Bancos Privados	648 866	22,76	22,76
À produção agrícola e animal	TOTAL	875 568	30,71	100
	Banco do Brasil	705 580	24,75	80,58
	Bancos Oficiais do Estado	66 762	2,34	7,63
	Bancos Privados	103 226	3,61	11,79
À produção industrial	TOTAL	498 224	17,48	100
	Banco do Brasil	130 221	4,57	26,14
	Bancos Oficiais do Estado	121 445	4,26	24,37
	Bancos Privados	246 558	8,65	49,49
Ao comércio de produtos agrícolas e animais	TOTAL	642 658	22,51	100
	Banco do Brasil	608 886	21,36	94,89
	Bancos Oficiais do Estado	7 666	0,27	1,20
	Bancos Privados	25 106	0,88	3,91
Ao comércio de produtos industriais	TOTAL	372 247	13,06	100
	Banco do Brasil	231 407	8,12	62,17
	Bancos Oficiais do Estado	31 432	1,10	8,44
	Bancos Privados	109 408	3,84	29,39
Ao comércio de produtos não especificados	TOTAL	38 658	1,36	100
	Banco do Brasil	-	-	-
	Bancos Oficiais do Estado	10 540	0,37	27,26
	Bancos Privados	28 118	0,99	72,74
À cooperativas de produção	TOTAL	85 599	3,00	100
	Banco do Brasil	58 837	2,06	68,74
	Bancos Oficiais do Estado	5 774	0,20	6,74
	Bancos Privados	20 988	0,74	24,52
À atividades não especificadas	TOTAL	196 134	6,88	100
	Banco do Brasil	57 914	2,03	29,53
	Bancos Oficiais do Estado	33 631	1,18	17,15
	Bancos Privados	104 589	3,67	53,32
Ao governo e autarquias	TOTAL	132 196	4,64	100
	Banco do Brasil	14 576	0,51	11,03
	Bancos Oficiais do Estado	116 839	4,10	88,38
	Bancos Privados	781	0,03	0,59
À instituições financeiras	TOTAL	10 480	0,36	100
	Banco do Brasil	-	-	-
	Bancos Oficiais do Estado	388	0,01	3,70
	Bancos Privados	10 092	0,35	96,30

(continua)

Tabela 3A

Empréstimos, por tipo de banco comercial e por setor de destino,
no Rio Grande do Sul — 1968-74

(Em Cr\$ 1 000)

PRINCIPAIS CONTAS	BANCOS COMERCIAIS	1970		
		Valor	% (1)	% (2)
Total de empréstimos	TOTAL	4 460 568	100	100
	Banco do Brasil	3 023 810	67,79	67,79
	Bancos Oficiais do Estado	541 873	12,15	12,15
	Bancos Privados	894 885	20,06	20,06
À produção agrícola e animal	TOTAL	1 314 303	29,46	100
	Banco do Brasil	1 107 189	24,62	84,24
	Bancos Oficiais do Estado	88 673	1,99	6,75
	Bancos Privados	118 441	2,65	9,01
À produção industrial	TOTAL	939 950	21,07	100
	Banco do Brasil	417 179	9,35	44,38
	Bancos Oficiais do Estado	166 718	3,74	17,74
	Bancos Privados	356 053	7,98	37,88
Ao comércio de produtos agrícolas e animais	TOTAL	1 232 762	27,64	100
	Banco do Brasil	1 191 522	26,71	96,66
	Bancos Oficiais do Estado	18 053	0,40	1,46
	Bancos Privados	23 187	0,53	1,88
Ao comércio de produtos industriais	TOTAL	293 579	6,58	100
	Banco do Brasil	106 219	2,38	36,18
	Bancos Oficiais do Estado	40 160	0,90	13,68
	Bancos Privados	147 200	3,30	50,14
Ao comércio de produtos não especificados	TOTAL	57 124	1,28	100
	Banco do Brasil	-	-	-
	Bancos Oficiais do Estado	11 903	0,27	20,84
	Bancos Privados	45 221	1,01	79,16
A cooperativas de produção	TOTAL	149 252	3,35	100
	Banco do Brasil	110 530	2,48	74,06
	Bancos Oficiais do Estado	15 855	0,36	10,62
	Bancos Privados	22 867	0,51	15,32
A atividades não especificadas	TOTAL	294 829	6,61	100
	Banco do Brasil	75 452	1,69	25,59
	Bancos Oficiais do Estado	49 298	1,11	16,72
	Bancos Privados	170 079	3,81	57,69
Ao governo e autarquias	TOTAL	168 080	3,77	100
	Banco do Brasil	15 719	0,35	9,35
	Bancos Oficiais do Estado	151 153	3,39	89,93
	Bancos Privados	1 208	0,03	0,72
A instituições financeiras	TOTAL	10 689	0,24	100
	Banco do Brasil	-	-	-
	Bancos Oficiais do Estado	60	0,00	0,56
	Bancos Privados	10 629	0,24	99,44

(continua)

Tabela 3A

Empréstimos, por tipo de banco comercial e por setor de destino,
no Rio Grande do Sul — 1968-74

(Em Cr\$ 1 000)

PRINCIPAIS CONTAS	BANCOS COMERCIAIS	1971		
		Valor	% (1)	% (2)
Total de empréstimos	TOTAL	6 690 102	100	100
	Banco do Brasil	4 506 968	67,37	67,37
	Bancos Oficiais do Estado	708 479	10,59	10,59
	Bancos Privados	1 474 655	22,04	22,04
À produção agrícola e animal	TOTAL	1 982 739	29,64	100
	Banco do Brasil	1 695 549	25,34	85,51
	Bancos Oficiais do Estado	108 358	1,62	5,47
	Bancos Privados	178 832	2,66	9,02
À produção industrial	TOTAL	1 504 467	22,49	100
	Banco do Brasil	632 563	9,46	42,05
	Bancos Oficiais do Estado	258 480	3,86	17,18
	Bancos Privados	613 424	9,17	40,77
Ao comércio de produtos agrícolas e animais	TOTAL	1 657 558	24,78	100
	Banco do Brasil	1 597 952	23,89	96,40
	Bancos Oficiais do Estado	26 369	0,39	1,59
	Bancos Privados	33 237	0,50	2,01
Ao comércio de produtos industriais	TOTAL	452 342	6,75	100
	Banco do Brasil	187 701	2,81	41,50
	Bancos Oficiais do Estado	52 356	0,78	11,57
	Bancos Privados	212 285	3,16	46,93
Ao comércio de produtos não especificados	TOTAL	121 149	1,81	100
	Banco do Brasil	23 052	0,34	19,04
	Bancos Oficiais do Estado	15 578	0,23	12,86
	Bancos Privados	82 509	1,24	68,10
A cooperativas de produção	TOTAL	288 359	4,31	100
	Banco do Brasil	230 433	3,44	79,91
	Bancos Oficiais do Estado	22 543	0,34	7,82
	Bancos Privados	35 383	0,53	12,27
A atividades não especificadas	TOTAL	531 801	7,95	100
	Banco do Brasil	128 656	1,92	24,19
	Bancos Oficiais do Estado	109 874	1,64	20,66
	Bancos Privados	293 271	4,39	55,15
Ao governo e autarquias	TOTAL	126 904	1,90	100
	Banco do Brasil	11 052	0,17	8,71
	Bancos Oficiais do Estado	114 881	1,72	90,53
	Bancos Privados	971	0,01	0,76
A instituições financeiras	TOTAL	24 783	0,37	100
	Banco do Brasil	-	-	-
	Bancos Oficiais do Estado	40	0,00	0,16
	Bancos Privados	24 743	0,37	99,84

(continua)

Tabela 3A

Empréstimos, por tipo de banco comercial e por setor de destino,
no Rio Grande do Sul — 1968-74

(Em Cr\$ 1 000)

PRINCIPAIS CONTAS	BANCOS COMERCIAIS	1972		
		Valor	% (1)	% (2)
Total de empréstimos	TOTAL	8 326 652	100	100
	Banco do Brasil	5 162 506	62,00	62,00
	Bancos Oficiais do Estado	1 101 885	13,23	13,23
	Bancos Privados	2 062 261	24,77	24,77
À produção agrícola e animal	TOTAL	3 161 142	37,96	100
	Banco do Brasil	2 785 443	33,45	88,11
	Bancos Oficiais do Estado	151 008	1,81	4,78
	Bancos Privados	224 691	2,70	7,11
À produção industrial	TOTAL	2 130 260	25,58	100
	Banco do Brasil	857 187	10,29	40,24
	Bancos Oficiais do Estado	387 207	4,65	18,18
	Bancos Privados	885 866	10,64	41,58
Ao comércio de produtos agrícolas e animais	TOTAL	962 796	11,56	100
	Banco do Brasil	854 056	10,26	88,71
	Bancos Oficiais do Estado	47 951	0,58	4,98
	Bancos Privados	60 789	0,72	6,31
Ao comércio de produtos industriais	TOTAL	555 672	6,67	100
	Banco do Brasil	200 057	2,40	36,00
	Bancos Oficiais do Estado	77 729	0,93	13,99
	Bancos Privados	277 886	3,34	50,01
Ao comércio de produtos não especificados	TOTAL	112 835	1,36	100
	Banco do Brasil	-	-	-
	Bancos Oficiais do Estado	16 983	0,20	15,05
	Bancos Privados	95 852	1,16	84,95
À cooperativas de produção	TOTAL	344 502	4,14	100
	Banco do Brasil	239 951	2,88	69,65
	Bancos Oficiais do Estado	39 127	0,47	11,36
	Bancos Privados	65 424	0,79	18,99
À atividades não especificadas	TOTAL	908 696	10,91	100
	Banco do Brasil	224 158	2,69	24,67
	Bancos Oficiais do Estado	251 577	3,02	27,68
	Bancos Privados	432 961	5,20	47,65
Ao governo e autarquias	TOTAL	133 430	1,61	100
	Banco do Brasil	1 654	0,02	1,24
	Bancos Oficiais do Estado	130 254	1,56	97,62
	Bancos Privados	1 522	0,03	1,14
À instituições financeiras	TOTAL	17 319	0,21	100
	Banco do Brasil	-	-	-
	Bancos Oficiais do Estado	49	0,00	0,28
	Bancos Privados	17 270	0,21	99,72

(continua)

Tabela 3A

Empréstimos, por tipo de banco comercial e por setor de destino,
no Rio Grande do Sul — 1968-74

(Em Cr\$ 1 000)

PRINCIPAIS CONTAS	BANCOS COMERCIAIS	1973		
		Valor	% (1)	% (2)
Total de empréstimos	TOTAL	11 609 868	100	100
	Banco do Brasil	7 433 572	64,03	64,03
	Bancos Oficiais do Estado	1 482 617	12,77	12,77
	Bancos Privados	2 693 679	23,20	23,20
À produção agrícola e animal	TOTAL	4 375 609	37,69	100
	Banco do Brasil	3 768 680	32,46	86,13
	Bancos Oficiais do Estado	248 246	2,14	5,67
	Bancos Privados	358 683	3,09	8,20
À produção industrial	TOTAL	2 593 016	22,33	100
	Banco do Brasil	1 068 997	9,21	41,23
	Bancos Oficiais do Estado	535 249	4,61	20,64
	Bancos Privados	988 770	8,51	38,13
Ao comércio de produtos agrícolas e animais	TOTAL	1 739 901	14,99	100
	Banco do Brasil	1 623 690	13,99	93,32
	Bancos Oficiais do Estado	59 165	0,51	3,40
	Bancos Privados	57 046	0,49	3,28
Ao comércio de produtos industriais	TOTAL	642 112	5,53	100
	Banco do Brasil	249 981	2,15	38,93
	Bancos Oficiais do Estado	106 101	0,91	16,52
	Bancos Privados	286 030	2,47	44,55
Ao comércio de produtos não especificados	TOTAL	222 225	1,92	100
	Banco do Brasil	-	-	-
	Bancos Oficiais do Estado	22 984	0,20	10,34
	Bancos Privados	199 241	1,72	89,66
A cooperativas de produção	TOTAL	508 723	4,38	100
	Banco do Brasil	314 516	2,71	61,82
	Bancos Oficiais do Estado	62 369	0,54	12,26
	Bancos Privados	131 838	1,13	25,92
A atividades não especificadas	TOTAL	1 304 115	11,23	100
	Banco do Brasil	341 406	2,94	26,18
	Bancos Oficiais do Estado	326 349	2,81	25,02
	Bancos Privados	636 360	5,48	48,80
Ao governo e autarquias	TOTAL	190 419	1,64	100
	Banco do Brasil	66 302	0,57	34,82
	Bancos Oficiais do Estado	122 061	1,05	64,10
	Bancos Privados	2 056	0,00	1,08
A instituições financeiras	TOTAL	33 748	0,29	100
	Banco do Brasil	-	-	-
	Bancos Oficiais do Estado	93	0,00	0,28
	Bancos Privados	33 655	0,29	99,72

(continua)

Tabela 3A

Empréstimos, por tipo de banco comercial e por setor de destino,
no Rio Grande do Sul — 1968-74

(Em Cr\$ 1 000)

PRINCIPAIS CONTAS	BANCOS COMERCIAIS	1974		
		Valor	% (1)	% (2)
Total de empréstimos	TOTAL	20 000 047	100	100
	Banco do Brasil	13 717 423	68,59	68,59
	Bancos Oficiais do Estado	2 442 206	12,21	12,21
	Bancos Privados	3 840 418	19,20	19,20
À produção agrícola e animal	TOTAL	6 123 900	30,62	100
	Banco do Brasil	5 200 552	26,00	84,92
	Bancos Oficiais do Estado	418 186	2,09	6,83
	Bancos Privados	505 162	2,53	8,25
À produção industrial	TOTAL	4 293 606	21,47	100
	Banco do Brasil	1 880 011	9,40	43,79
	Bancos Oficiais do Estado	934 731	4,67	21,77
	Bancos Privados	1 478 864	7,40	34,44
Ao comércio de produtos agrícolas e animais	TOTAL	4 866 081	24,33	100
	Banco do Brasil	4 663 603	23,32	95,84
	Bancos Oficiais do Estado	88 469	0,44	1,82
	Bancos Privados	114 009	0,57	2,34
Ao comércio de produtos industriais	TOTAL	971 916	4,86	100
	Banco do Brasil	363 959	1,82	37,45
	Bancos Oficiais do Estado	191 036	0,96	19,65
	Bancos Privados	416 921	2,08	42,90
Ao comércio de produtos não especificados	TOTAL	361 236	1,81	100
	Banco do Brasil	34 806	0,17	9,63
	Bancos Oficiais do Estado	36 838	0,18	10,20
	Bancos Privados	289 592	1,46	80,17
A cooperativas de produção	TOTAL	1 014 076	5,07	100
	Banco do Brasil	661 730	3,31	65,26
	Bancos Oficiais do Estado	112 893	0,56	11,13
	Bancos Privados	239 453	1,20	23,61
A atividades não especificadas	TOTAL	2 038 434	10,19	100
	Banco do Brasil	830 983	4,15	40,76
	Bancos Oficiais do Estado	437 799	2,19	21,48
	Bancos Privados	769 652	3,85	37,76
Ao governo e autarquias	TOTAL	305 825	1,53	100
	Banco do Brasil	81 779	0,41	26,74
	Bancos Oficiais do Estado	222 202	1,11	72,66
	Bancos Privados	1 844	0,01	0,60
A instituições financeiras	TOTAL	24 973	0,12	100
	Banco do Brasil	-	-	-
	Bancos Oficiais do Estado	52	0,00	0,21
	Bancos Privados	24 921	0,12	99,79

FONTE: Estatística Bancária e Movimento Bancário do Brasil.

(1) Percentual do total de Empréstimos por destino e por tipo de Banco. (2) Percentual do total de cada destino, segundo o tipo de Banco.

Tabela 4

Financiamentos contratados pelo BRDE no Rio Grande do Sul — 1962-74

(Em Cr\$ 1 000)

DISCRIMINAÇÃO	1962 (1)		1963		1964	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Total	73,29	100	319,58	100	1 128,60	100
Crédito industrial ..	73,29	100	223,39	69,90	755,03	66,90
Crédito rural	-	-	-	-	-	-
Setor público	-	-	96,19	30,10	373,57	33,10
Crédito especial	-	-	-	-	-	-

DISCRIMINAÇÃO	1965		1966	
	Valor	%	Valor	%
Total	4 856,90	100	6 861,33	100
Crédito industrial ..	4 706,33	96,90	5 921,33	86,30
Crédito rural	-	-	295,04	4,30
Setor público	150,57	3,10	644,96	9,40
Crédito especial	-	-	-	-

DISCRIMINAÇÃO	1967		1968	
	Valor	%	Valor	%
Total	12 599,56	100	27 159,01	100
Crédito industrial ..	9 714,26	77,10	21 831,30	80,38
Crédito rural	2 847,50	22,60	4 742,72	17,46
Setor público	37,80	0,30	584,99	2,16
Crédito especial	-	-	-	-

DISCRIMINAÇÃO	1969		1970	
	Valor	%	Valor	%
Total	37 208,46	100	64 059,64	100
Crédito industrial ..	29 667,75	79,73	46 175,12	72,08
Crédito rural	5 913,97	15,90	15 248,81	23,80
Setor público	1 407,27	3,78	1 605,79	2,51
Crédito especial	219,47	0,59	1 029,92	1,61

DISCRIMINAÇÃO	1971		1972	
	Valor	%	Valor	%
Total	126 124,00	100	403 092,00	100
Crédito industrial ..	98 134,00	77,81	244 735,00	60,72
Crédito rural	26 751,00	21,21	37 859,00	9,39
Setor público	1 239,00	0,98	83 861,00	20,80
Crédito especial	-	-	(2)36 637,00	9,09

DISCRIMINAÇÃO	1973		1974	
	Valor	%	Valor	%
Total	406 758,13	100	888 741,24	100
Crédito industrial ..	323 260,25	79,47	520 802,37	58,60
Crédito rural	52 767,57	12,97	117 313,84	13,20
Setor público	30 730,31	7,56	250 625,03	28,29
Crédito especial	-	-	-	-

FONTE: RELATÓRIO ANUAL 1962/74. Porto Alegre, BRDE, 1963/1975.

NOTA: Para os anos de 1962 a 1966, não há dados disponíveis de financiamentos por setor de destino. Tomou-se a estrutura da distribuição da Região Sul, conforme o Relatório do BRDE de 1967.

(1) Referentes a três meses de operações. (2) Para 1972, este valor aparece designado como Serviços e não Crédito Especial.

Tabela 5

Origem dos recursos aplicados pelo BRDE no Rio Grande do Sul --- 1962-74

(Em Cr\$ 1 000.)

DISCRIMINAÇÃO	1962		1963		1964	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Total de recursos	73,29	100	319,58	100	1 128,60	100
Recursos próprios	73,29	100	319,58	100	828,60	73,42
Recursos de terceiros (1).	-	-	-	-	300,00	26,58

DISCRIMINAÇÃO	1965		1966	
	Valor	%	Valor	%
Total de recursos	4 856,90	100	6 861,33	100
Recursos próprios	1 536,88	31,64	1 266,98	18,47
Recursos de terceiros (1).	3 320,02	68,36	5 594,35	81,53

DISCRIMINAÇÃO	1967		1968	
	Valor	%	Valor	%
Total de recursos	12 599,56	100	27 159,01	100
Recursos próprios	3 049,85	24,21	7 476,29	27,53
Recursos de terceiros (1).	9 549,71	75,79	19 682,72	72,47

DISCRIMINAÇÃO	1969		1970	
	Valor	%	Valor	%
Total de recursos	37 208,46	100	64 059,64	100
Recursos próprios	13 322,00	35,80	23 476,37	36,65
Recursos de terceiros (1).	23 886,46	64,20	40 583,27	63,35

DISCRIMINAÇÃO	1971		1972	
	Valor	%	Valor	%
Total de recursos	126 124,67	100	403 091,07	100
Recursos próprios	32 961,78	26,13	59 568,74	14,78
Recursos de terceiros (1).	93 162,89	73,87	343 522,33	85,22

DISCRIMINAÇÃO	1973		1974	
	Valor	%	Valor	%
Total de recursos	406 758,13	100	888 741,24	100
Recursos próprios	72 732,71	17,88	119 406,69	13,43
Recursos de terceiros (1).	334 025,42	82,12	769 334,55	86,57

FONTE: RELATÓRIO ANUAL 1962/74. Porto Alegre, BRDE, 1963/1975.

(1) Abrange recursos repassados, principalmente sob orientação do BNDE.

Em 1960, foi criada a Caixa Econômica Estadual cujo propósito, desde sua fundação, foi aplicar os recursos captados principalmente em programas habitacionais e outros de interesse social (Prefeituras, Sindicatos, Hospitais, Empréstimos Escolares etc.) Esse objetivo foi alcançado, na parte de financiamentos habitacionais, somente a partir de 1966, quando modificações mais gerais na estrutura do mercado financeiro nacional -- o instituto da correção monetária, poupanças compulsórias -- viabilizaram aplicações de prazos mais ampliados (ver Tabelas 6a e 6b).

Tabela 6a

Evolução das principais contas do ativo, da Caixa Econômica Estadual, e participação percentual em relação aos empréstimos em conta corrente, no Rio Grande do Sul — 1960-74

(Em Cr\$ 1 000)

PRINCIPAIS CONTAS	1960		1961		1962	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Empréstimos em conta corrente ..	-	-	109,15	100	659,19	100
Correntes	-	-	109,15	100	659,19	100
Rurais	-	-	-	-	-	-
Especiais	-	-	-	-	-	-
Habitacionais ...	-	-	-	-	-	-
PRINCIPAIS CONTAS	1963		1964		1965	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Empréstimos em conta corrente ..	1 493,54	100	5 485,95	100	10 864,94	100
Correntes	1 493,54	100	5 485,95	100	10 864,94	100
Rurais	-	-	-	-	-	-
Especiais	-	-	-	-	-	-
Habitacionais ...	-	-	-	-	-	-
PRINCIPAIS CONTAS	1966		1967		1968	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Empréstimos em conta corrente ..	23 435,75	100	49 923,05	100	85 720,41	100
Correntes	20 637,39	88	27 922,37	56	41 626,00	49
Rurais	-	-	-	-	-	-
Especiais	-	-	2 363,44	5	5 604,35	6
Habitacionais ...	2 798,36	12	19 637,24	39	38 490,06	45
PRINCIPAIS CONTAS	1969		1970		1971	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Empréstimos em conta corrente ..	142 691,23	100	194 935,38	100	273 651,67	100
Correntes	80 298,79	56	112 881,42	58	168 593,45	62
Rurais	-	-	-	-	-	-
Especiais	8 708,03	6	11 282,15	6	13 289,18	5
Habitacionais ...	53 684,41	38	70 771,81	36	91 769,04	33
PRINCIPAIS CONTAS	1972		1973		1974	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Empréstimos em conta corrente ..	542 045,91	100	772 896,01	100	1 166 769,07	100
Correntes	404 240,94	74	542 757,73	70	617 114,57	53
Rurais	7,47	0	11 534,81	1	34 908,28	3
Especiais	14 206,56	3	16 183,43	2	28 701,80	2
Habitacionais ...	123 590,94	23	202 420,04	27	486 044,42	42

FONTE: Caixa Econômica Estadual.

Tabela 6b

Evolução das principais contas do passivo, da Caixa Econômica Estadual, e participação percentual em relação ao total de recursos, no Rio Grande do Sul - 1960-74

(Em Cr\$ 1 000)

PRINCIPAIS CONTAS	1960		1961		1962	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Capital próprio ..	24,80	100	79,18	18	203,09	12
Depósitos	-	-	351,54	82	1 541,71	88
Populares	-	-	216,02	50	724,46	41
Sem limites	-	-	102,37	24	244,26	14
Judiciais	-	-	33,13	8	533,97	31
Correção monetária	-	-	-	-	-	-
Entidades públicas	-	-	0,02	-	39,02	2
Total de recursos	24,80	100	430,72	100	1 744,80	100

PRINCIPAIS CONTAS	1963		1964		1965	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Capital próprio ..	368,51	14	846,21	11	1 244,48	8
Depósitos	2 334,72	86	7 015,49	89	13 859,54	92
Populares	1 798,26	66	4 606,62	59	8 951,95	59
Sem limites	161,56	6	1 416,82	18	2 799,06	18
Judiciais	345,11	13	960,60	12	1 929,17	13
Correção monetária	-	-	-	-	-	-
Entidades públicas	29,79	1	31,45	-	179,36	2
Total de recursos	2 703,23	100	7 861,70	100	15 104,02	100

PRINCIPAIS CONTAS	1966		1967		1968	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Capital próprio ..	3 169,79	11	6 107,43	14	11 893,73	15
Depósitos	24 709,86	89	39 136,85	86	64 956,05	85
Populares	14 698,80	53	25 794,86	57	43 704,16	57
Sem limites	3 141,65	11	3 767,18	8	5 999,59	8
Judiciais	2 556,94	9	3 220,71	7	4 318,66	6
Correção monetária	3 888,28	14	5 594,71	12	9 019,44	12
Entidades públicas	424,19	2	759,39	2	1 914,20	2
Total de recursos	27 879,65	100	45 244,28	100	76 849,78	100

PRINCIPAIS CONTAS	1969		1970		1971	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Capital próprio ..	25 494,25	19	38 694,29	21	51 666,44	19
Depósitos	106 701,92	81	143 361,44	79	220 192,02	81
Populares	65 149,48	49	75 844,78	42	89 737,20	33
Sem limites	7 700,82	6	4 930,94	3	4 543,01	2
Judiciais	4 889,20	4	8 817,41	5	9 945,68	3
Correção monetária	25 574,16	19	52 035,90	28	92 214,13	34
Entidades públicas	3 388,26	3	1 732,41	1	23 752,00	9
Total de recursos	132 196,17	100	182 055,73	100	271 858,46	100

PRINCIPAIS CONTAS	1972		1973		1974	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Capital próprio ..	84 907,43	16	115 623,68	15	169 988,92	14
Depósitos	460 299,53	84	660 176,28	85	1 001 568,94	86
Populares	120 357,67	22	193 906,36	25	232 401,18	20
Sem limites	11 186,84	2	17 429,98	2	32 338,63	3
Judiciais	12 895,34	3	24 052,97	3	29 103,86	2
Correção monetária	247 727,38	45	372 434,72	48	628 502,48	54
Entidades públicas	68 132,30	12	52 352,25	7	79 222,79	7
Total de recursos	545 206,96	100	775 799,96	100	1 171 557,86	100

FONTE: Caixa Econômica Estadual.

As sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento integram o mercado financeiro não-monetário desde o início do período em estudo, mas com reduzido papel no total da atividade de intermediação. Com base em artifícios jurídicos – como o mecanismo de deságio –, as financeiras conseguiram burlar a lei da usura, propiciando melhor rentabilidade aos poupadores em relação à que os mesmos auferiam nos depósitos a prazo, nos bancos comerciais. Atuando na faixa de crédito de médio prazo – financiamento para capital de giro e para consumo de bens duráveis – as financeiras respondiam, em 1962, por 5,3%¹⁵ dos empréstimos ao setor privado nacional.

2.2 - Evolução do Setor Financeiro: período 1965-74

Ao final do ano de 1964, verifica-se uma profunda reorientação das atividades de intermediação financeira. Trata-se de uma redefinição de relações entre o capital bancário e os capitais produtivos, onde aquele passa a dispor de uma série de instrumentos e mecanismos adicionais que lhe vão viabilizar uma acumulação a ritmos mais acelerados.

Essa rearticulação em favor do capital bancário, que se traduz em um novo marco institucional, reflete o nível de acumulação atingido pelo sistema financeiro no final do período anterior, já então de posse de volumes significativos de excedentes monetários – recursos próprios. Nesse contexto, estabelecem-se necessidades objetivas de defesa do capital monetário, transformado, em parte, em capital bancário. Anteriormente, os bancos intermediavam a taxas de juro duplamente negativas (juros passivos e ativos). No entanto, agora, seu capital próprio requer mecanismos adicionais de proteção.

O novo marco legal, implantado através da Lei do Banco Central e da Lei do Mercado de Capitais, constituiu a base institucional sobre a qual se alcançou uma modernização operativa no setor, significando um funcionamento mais fluido dos mercados de dinheiro. A partir daí, desenvolveu-se, efetivamente, um mercado financeiro extra-bancário que passou a desempenhar funções de crescente relevância no processo de retomada do crescimento pós-1967.

O instrumento "sui generis" criado foi o Instituto da Correção Monetária. A conjuntura havia mudado, passando-se de uma inflação aberta – utilizada como mecanismo de financiamento – para uma inflação controlada, agora admitida como fenômeno permanente da economia nacional. A cláusula da Correção Monetária, presente em todos os contratos de crédito, passou a ser seu reconhecimento formal. Revelou-se um instrumento fundamental com que se logrou o alargamento do mercado financeiro, pois significava a obtenção de retornos positivos aos poupadores.

Outro fator de ampliação das atividades do setor foi o aumento da participação do Governo na geração e orientação dos excedentes monetários. Isso deu-se, basicamente, pela criação de mecanismos de poupança compulsória, meio factível de concentração de recursos em um país de capitalismo tardio. Tais recursos públicos, juntamente com capitais estrangeiros, constituíram-se em fontes importantes de fundos para o

¹⁵ Ver CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, FGV, v.26, n.12, dez 1972, p.52.

suprimento de crédito para capital fixo.

Em 1964, foi criado o Banco Nacional de Habitação e, posteriormente, seus agentes financeiros, as Sociedades de Crédito Imobiliário e Associação de Poupança e Empréstimo, orientando recursos compulsórios de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço — FGTS. O Sistema Financeiro da Habitação atua no financiamento ao setor de Construção Civil, setor de materiais para construção e, mais recentemente, no financiamento de melhoramentos urbanos. Nesse esquema, a participação dos agentes financeiros se dá na forma de repasses do BNH e, complementarmente, através de captação própria — cadernetas de poupança e letras imobiliárias.

A criação de outros mecanismos de poupança, forçada pelo Governo — PIS e PASEP —, mostra a necessidade dinâmica de financiamentos de longo prazo. Por outro lado, reforça a função do Governo como único ente capaz de oferecer recursos financeiros subsidiados nos volumes e prazos necessários.

Todos esses recursos públicos, embora orientados através de políticas globais a nível federal, são vinculados por agentes financeiros, que assim participam dessa nova área de atividade dentro do setor. Dessa forma, recursos repassados de instituições financeiras oficiais aparecem, significativamente, nos passivos dos bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, sociedades de crédito imobiliários e outros. Observa-se, na Tabela 7, a participação dos recursos repassados aos bancos comerciais por instituições financeiras oficiais. Não foi possível obter informações, para o Estado do Rio Grande do Sul, sobre os repasses das instituições financeiras oficiais aos Bancos de Investimentos, Sociedades de Crédito Imobiliário e Associações de Poupança e Empréstimo, pois não estão disponíveis registros contábeis analíticos.

Tabela 7

Relação recursos repassados por instituições financeiras oficiais/empréstimos, nos Bancos Comerciais — 1952-74

ANOS	%	ANOS	%
1952	0,12	1964	0,16
1953	0,11	1965	0,13
1954	0,09	1966	0,18
1955	0,12	1967	0,19
1956	0,15	1968	0,16
1957	0,13	1969	0,21
1958	0,15	1970	0,20
1959	0,17	1971	0,18
1960	0,17	1972	0,15
1961	0,15	1973	0,19
1962	0,15	1974	0,23
1963	0,17		

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Estatística Bancária e Movimento Bancário do Brasil.

NOTA: Não se encontram incluídos, na tabela, dados do Banco do Brasil.

O período 1965-74 marca o desenvolvimento efetivo de um mercado financeiro extrabancário, com as instituições financeiras atuando em áreas específicas, segundo o

princípio de compartimentalização. Em termos nacionais, passam a suprir, aproximadamente, metade do crédito ao setor privado, participação considerável em face do quase "monopólio" dos bancos comerciais no período anterior. Essa expansão foi viabilizada, em parte, pelas vantagens fundamentais da intermediação extrabancária — a captação está isenta de recolhimento compulsório, e a multiplicação do crédito está menos vinculada à expansão primária dos meios de pagamento. Pode-se observar a mudança na composição dos ativos em poder do público, onde os depósitos à vista e papel moeda diminuem, significativamente, sua participação. Isso não representa, entretanto, a perda de poder financeiro dos grandes bancos que se reorganizaram na forma de instituições coligadas, cada uma atuando em áreas específicas, expandindo-se sob nova estrutura. Ao contrário, as unidades financeiras conglomeradas alcançam posição privilegiada no sistema, aproveitando-se de vantagens diferenciadas concedidas pela política financeira.

Ao longo do período em análise, ficam delimitadas as áreas de atuação das Financeiras e dos Bancos de Investimento. Às Financeiras foi reservado o mercado de crédito ao consumo de bens duráveis e serviços, gerando uma demanda adicional àquela derivada do processo concentracionista da renda pessoal, viabilizando a expansão econômica a altas taxas no período 1968-74.

Os Bancos de Investimento foram propostos como institutos de financiamento de longo prazo, assumindo os riscos inerentes à capitalização das empresas. No entanto, não têm alcançado tais objetivos, especializando-se em fornecer recursos de médio prazo para financiamento de capital de giro às empresas. Esse fato evidencia a inoperância de qualquer diploma legal, quando não reflete as possibilidades objetivas da estrutura econômica. De fato, para que capitais monetários privados permaneçam "cedidos" por prazos ampliados é necessária uma união mais íntima de interesses entre o capital bancário e o produtivo, o que parece estar sendo viabilizado pela nova lei das Sociedades Anônimas¹⁶. Enquanto os créditos de capital não se tornam atrativos aos capitais monetários privados, essa área continua sendo suprida por créditos oficiais ou externos (empréstimos externos em moeda), conforme a conjuntura.

Os Bancos Comerciais continuaram operando na sua faixa de crédito a curto prazo, podendo-se observar uma tendência ascendente na relação empréstimos/PIL, a partir de 1966 (Tabela 2). Esse fato, aliado ao vertiginoso crescimento das operações das instituições não-monetárias, mostra o aumento das relações de débito-crédito na economia. Reflete uma redefinição na estrutura produtiva, com os excedentes monetários fluindo às atividades de maior poder de acumulação.

3. *Evolução recente — a centralização do capital monetário*

Um dos aspectos mais discutidos no âmbito das economias regionais é o processo de fusões e incorporações bancárias que se desenvolveu nos últimos anos. A natureza desse processo, onde a concentração resultou, em parte, na transferência de coman-

¹⁶ Para uma apreciação mais detida dos aspectos vinculados à nova lei das Sociedades Anônimas, vide CARVALHOSA, Modesto. A nova lei das sociedades anônimas; seu modelo econômico. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

do sobre o capital, agora unificado, para fora do Estado¹⁷, foi a fonte de inquietação por parte de setores empresariais que temem ver-se privados de mais uma arma na luta concorrencial. O acesso ao crédito, nos momentos e condições necessárias, é um dos instrumentos imprescindíveis na concorrência capitalista.

Assim, o que transpareceu através de jornais e outros meios de difusão foi muito mais o temor de que o processo de centralização levasse os bancos a atitudes discricionárias para com os empresários do Estado do que a procura de um entendimento do processo, ou seja, a que necessidades responde o impulso de centralização e, alternativamente, qual a viabilidade histórica de um sistema bancário cujo comando do capital estivesse, em boa parte, no Rio Grande do Sul.

Orientou-se esse item no sentido de apenas apresentar pontos de vista, que devem ser tomados mais como linhas de interpretação a serem aprofundadas posteriormente. Inicialmente, faz-se considerações sobre o setor bancário em si, quais os meios que utiliza para adaptar-se à estrutura produtiva e qual tem sido a velocidade de ajuste. Após, consideram-se os aspectos dessa questão que devem ser regionalizados, isto é, que relações se podem tirar entre a economia do Estado e a sua inserção na economia nacional e o sentido da centralização bancária.

Como foi discutido anteriormente, o ritmo da acumulação de capital canaliza, ao sistema de intermediação financeira, uma determinada composição de demanda em termos de volumes e prazos de financiamento. As unidades que o compõem, então, ver-se-ão induzidas a articular-se, respondendo aos estímulos dos setores produtivos, sob pena de terem seu papel de intermediários do crédito reduzido. A fim de que responda às necessidades da acumulação, o setor financeiro deve ser capaz de suprir, crescentemente, os requerimentos de capital monetário por parte das empresas. Essa demanda, partindo de setores bastante capitalizados e fortemente concentrados, tem a finalidade principal de crédito para capital de giro e capital fixo. Ao contrário do crédito para circulação, que financia a empresa quando a produção já está realizada, o crédito para aquisição de capital fixo torna-se necessário em volumes ampliados e por prazos mais dilatados, pois seu retorno é mais lento.

Assim, o sistema financeiro procura ajustar-se às crescentes exigências potenciais de financiamento a médio e longo prazos pressionado pelas empresas, acirrando a concorrência em busca de depósitos. Uma das formas de ajuste é o aumento das dimensões do estabelecimento, (indicado pelo volume de depósitos), através de fusões e incorporações. O comando unificado sobre um volume maior de recursos dá condições de se realizarem operações de crédito de magnitude compatível com as necessidades das grandes

¹⁷ O processo de concentração do capital bancário reduziu de 13 para 2 o número de bancos com matriz no Rio Grande do Sul, no período 1966-74. Os seguintes bancos tiveram seus capitais unificados: Agrícola Mercantil foi absorvido pelo União de Bancos Brasileiros; o Riograndense de Expansão Econômica foi absorvido pelo Banco da Bahia que, por sua vez, foi incorporado pelo Bradesco; o Porto Alegrense foi unificado ao Bradesco; o Banco Meridional foi absorvido pelo Banco Econômico; o Banco Frederico Mentz uniu-se ao Expansão; o Auxiliadora Predial uniu-se ao Banco Halles que, posteriormente, foi adquirido pelo Banco do Estado da Guanabara; o Mercantil e Industrial do Rio Grande do Sul foi unificado ao Bamerindus; o Banco da Produção Riograndense foi incorporado pelo Banco Duque de Caxias que, posteriormente, foi absorvido pelo Nacional do Comércio; esse juntamente com o Industrial e Comercial do Sul e o Província do Rio Grande do Sul constituíram o Banco Sul Brasileiro.

empresas. Também o custo operacional da transação tende a ser mais reduzido que na hipótese do fracionamento da mesma operação entre um maior número de bancos.

Essa linha de análise é importante para que se possa entender a dinâmica do processo de concentração do capital bancário. Certas ponderações são de limitado poder explicativo e não se poderia, através delas, captar o significado da defasagem entre o processo de concentração que se dá no eixo Rio-São Paulo e as "tentativas" de rearticulação no Estado. Por exemplo, atendo-se somente às argumentações de economia de escala, cuja adoção criaria unidades mais eficientes, possibilitando redução no custo do dinheiro, não se logrará o entendimento completo do processo.

Assim, a concentração bancária tem, inicialmente, uma vinculação setorial, ou seja, o sistema estará se estruturando, principalmente, como resposta às necessidades de determinados setores econômicos. O segundo aspecto vincula esses setores a um espaço econômico, ou seja, os setores indutores tendem a desenvolver-se e concentrar-se em determinada região. Nada mais natural, então, do que se verificar que o processo de concentração do capital bancário, no eixo Rio-São Paulo, vem-se dando há mais tempo e de forma mais autônoma, o que coloca esse capital em posição diferenciada quando o processo passa a ser estimulado, exogenamente, por decisões governamentais.

Enquanto observa-se a tendência à redução do número de empresas bancárias no País, no período 1952-65, passando de 408 para 320 sedes, apesar da relativa liberdade de fundação de novos bancos e abertura de novas agências, observa-se, no Rio Grande do Sul, o movimento inverso, isto é, a estabilidade (e até elevação) do número de bancos com matriz no Estado (ver Tabela 8).

Tabela 8

Matrizes de estabelecimentos bancários, segundo a localização — 1952-67

LOCALIZAÇÃO	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959
Brasil	408	394	384	366	360	357	345	-
Rio Grande do Sul	11	10	10	10	10	10	11	11
São Paulo	105	104	103	104	105	103	96	-
Guanabara	148	141	134	122	118	116	111	-
Minas Gerais	36	35	35	34	33	33	31	-

LOCALIZAÇÃO	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967
Brasil	338	-	332	-	328	320	297	249
Rio Grande do Sul	11	11	11	11	13	13	13	11
São Paulo	102	-	102	-	102	101	93	84
Guanabara	104	-	94	-	84	77	69	49
Minas Gerais	27	-	27	-	27	26	24	20

FONTE: Estatística Bancária e Movimento Bancário do Brasil.

Essas considerações indicam o caráter endógeno ao sistema econômico do processo de centralização do capital bancário, pois antecede (em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) às medidas de política econômica sobre a matéria, implementadas após 1967. O capital bancário, sediado no Rio Grande do Sul, não registra o mesmo movimento de centralização, fato que indica sua defasagem na dinâmica citada. Assim, é importante salientar que ao se iniciar a fase de estímulos governamentais ao processo de centralização, o capital bancário gaúcho havia alcançado níveis de acumulação mais modestos. O

desdobramento natural, então, foi a transferência de comando de parte do capital para fora do Estado.

As medidas de política econômica adotadas na segunda metade da década de 60 representaram forças adicionais que imprimiram, ao processo de centralização, um ritmo mais acelerado. Como resultado de um elenco de medidas tomadas (por exemplo, a limitação à abertura de novas agências), a alternativa deixada ao capital bancário para promover sua unificação em escala nacional foi a possibilidade das fusões e incorporações. Era a única forma de constituir uma rede de agências em todo território. O vigor do movimento de centralização, após 1966, pode ser visualizado na Tabela 8.

A indução às fusões e incorporações bancárias implicou medidas de proteção ao capital bancário, pois limitou certas formas de luta concorrencial mais ou menos predatórias. Por exemplo, a abertura de novas agências na busca de depósitos, aspecto que caracterizou o setor até 1964, levaria a um aumento dos custos operacionais dos bancos, reduzindo suas taxas de retorno. O sistema bancário, através de fatores exógenos, após 1966, alcançou estruturar-se de forma oligopólica¹⁸ o que lhe possibilitou um posicionamento privilegiado no processo de retomada do crescimento econômico pós-67.

Partindo das considerações feitas, propõe-se uma linha de interpretação a fim de inserir o Rio Grande do Sul no processo de centralização do capital monetário. Essa apreciação do "lado gaúcho" do processo pode ser visualizada sob dois aspectos. De um lado, deve-se investigar quais as alterações no próprio âmbito da atividade de intermediação financeira, uma vez que a orientação do processo foi, em parte, no sentido da absorção de bancos, com matriz no Estado, por empresas bancárias de fora, ou seja, qual o significado, para o setor, da transferência do controle acionário para outros estados. O segundo aspecto é quais implicações que o processo trouxe ou poderia trazer à atividade produtiva estabelecida no espaço econômico do Rio Grande do Sul.

Sobre o primeiro aspecto levantado, até o limite em que os dados permitem inferir¹⁹, o sistema de intermediação financeira, sediado no Rio Grande do Sul, logrou um desempenho excelente no período pós-64, pois aumentou, significativamente, sua parcela de apropriação na renda estadual. Deve-se entender esse dado como um acréscimo no nível de atividade do setor, concomitante ao processo de centralização. As fusões e incorporações significaram, ao nível da atividade, uma simples transferência de direitos de propriedade. E, como foi dito anteriormente, essa transferência só poderia dar-se a favor de bancos maiores, aos quais caberia o comando unificado do novo capital. Assim, o processo de centralização, que levou à formação dos conglomerados financeiros, colaborou para o melhor desempenho empresarial das unidades financeiras.

O segundo aspecto levantado pretende discutir quais os possíveis reflexos da

¹⁸ Pode-se dizer que o setor financeiro conseguiu estruturar-se em um mercado oligopólico sem dispor dos meios naturais que viabilizam tal conformação de mercado. Estudando a formação dos oligopólios na indústria, por exemplo, observa-se que eles surgiram de condições endógenas à atividade, criando-se barreiras naturais à entrada de novos capitais: economias de escala, inovações tecnológicas, diferenciação de produtos. O setor financeiro, certamente, teria muito mais dificuldades de organizar-se em um mercado imperfeito, caso não dispusesse desses meios artificiais de proteção ao seu capital.

¹⁹ As informações sobre a participação do setor financeiro na renda do Rio Grande do Sul constam do Capítulo II deste trabalho.

concentração bancária sobre os setores produtivos. Como condição prévia a essa argumentação, deve-se salientar a necessidade de um sistema financeiro, proposto em escala nacional, que traduza a realidade da economia brasileira, profunda e crescentemente integrada. Essa integração significa, precisamente, um ajuste das partes que compõem o sistema, o que se dá de forma diferenciada para cada uma. Também deve-se reconhecer a necessidade de um sistema financeiro que tenha alcançado um grau mínimo de concentração, para que responda às necessidades de crédito de setores produtivos com mais elevada composição orgânica do capital.

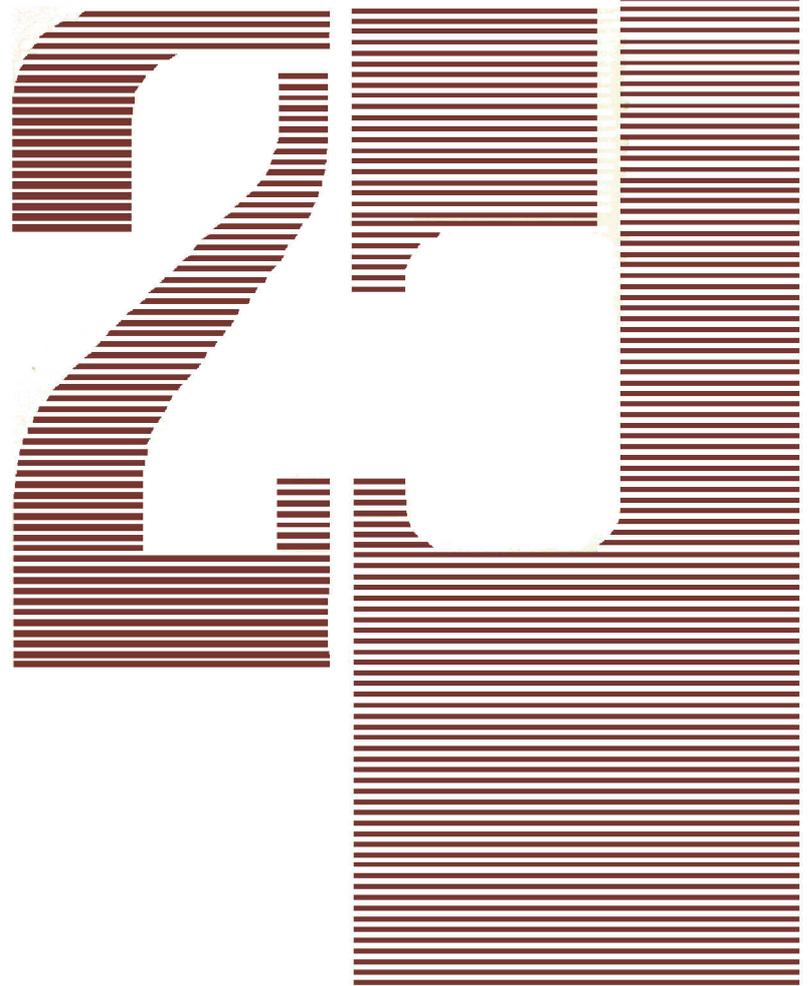
A idéia que tem sido colocada por setores empresariais gaúchos, assumindo certas vezes caráter reivindicatório, alega que a medida que as empresas financeiras gaúchas passam ao comando de estabelecimentos de outros estados tornam-se mais propensas a discriminar o crédito, privilegiando setores produtivos sediados no estado onde se localiza, agora, a nova matriz. Essa preocupação por parte de empresários e autoridades estaduais seria de mais fácil identificação em épocas de restrição de crédito, situação em que a política de alocação dos recursos se tornaria mais desigual, favorecendo as áreas onde se localiza o centro de decisões dos grandes bancos.

Antes de tentar-se identificar a política discriminatória "regional" do crédito, é de crucial importância entender qual a verdadeira questão que deve ser colocada. Não há sentido algum em se utilizar o espaço econômico constituído pelo Rio Grande do Sul como classificação para a análise desse problema. Os conglomerados financeiros que operam em escala nacional não estão, "strictu sensu", colados a uma base produtiva regional. Ao contrário, uma vez atingida uma escala ampliada de atuação, os intermediários financeiros têm função de dar fluidez aos recursos, orientando-os aos setores onde eles são mais rentáveis, independentemente de estarem localizados nas mesmas áreas onde se situam os centros de decisões dos grandes bancos.

Assim, a forma como foi colocada a reivindicação dos empresários regionais carece de precisão, contribuindo, inclusive, para a perda de seu poder reclamatório. Caso se verifique uma política discriminatória de crédito em prejuízo de atividades sediadas no Rio Grande do Sul, o que é perfeitamente possível, suas causas devem ser pesquisadas na origem da formação de taxas diferenciadas de lucro entre as diversas regiões. Como foi apontado anteriormente, a integração econômica nacional tem sua especificidade, onde os setores produtivos têm potenciais de acumulação diferentes, complementando-se de forma desigual. Se os setores produtivos mais dinâmicos localizam-se fora do Rio Grande do Sul e as tendências concentracionistas, espontâneas de uma economia de mercado, colaboram nesse distanciamento, é muito natural que excedentes monetários prefiram dirigir-se a tais atividades, financiando sua acumulação.



capítulo II
os intermediários financeiros
e os demais setores econômicos



CAPÍTULO II - OS INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS E OS DEMAIS SETORES ECONÔMICOS

A discussão deste capítulo aborda o desempenho do setor de intermediação financeira em relação às outras atividades econômicas. Refere-se à sua evolução, medida pelo volume de renda²⁰ apropriada ao longo do período em estudo. A ênfase que se dá, ao colocar o setor financeiro frente aos demais, prende-se às suas características, que o inserem, de modo peculiar, no conjunto das atividades que compõem o sistema econômico.

Ao avaliar o desempenho do setor, tem-se em mente verificar sua capacidade de apropriar-se da produção social, e quais fatores podem ser indicados, ora para explicar um comportamento natural, ora para levar ao entendimento de períodos específicos. Deve-se afastar, assim, a idéia do desempenho como capacidade de ajustar a oferta e procura de excedentes monetários.

Utiliza-se como evidência empírica básica, nessa análise, os dados das Contas Nacionais. A periodização segue a metodologia utilizada em trabalhos da série "25 Anos de Economia Gaúcha"²¹, que se baseia nas etapas do ciclo de acumulação de capital na indústria brasileira. Esse critério de definição dos períodos, embora não seja um aspecto essencial ao argumento, estabelece o contraste, principalmente, entre o desempenho do setor financeiro e o da indústria, uma vez que foi em função dessa que se estabeleceu a periodização. Por outro lado, a evolução dos intermediários financeiros, nos períodos assim definidos, revelou-se ilustrativa, também, para outras considerações que serão feitas a seguir.

Pode-se observar (Tabela 9) que o crescimento da renda apropriada pelos intermediários financeiros tem ocorrido a taxas superiores às dos demais setores econômicos, inclusive a indústria que foi o setor mais dinâmico da economia do Rio Grande do Sul no período considerado. O setor financeiro não somente cresceu a taxas mais elevadas, mas também — o que é muito interessante — mostrou um padrão de crescimento bastante estável nos três primeiros períodos. Ao contrário, o desempenho dos setores da esfera real da economia — principalmente a agricultura e a indústria — deixou claro o caráter cíclico de uma economia de mercado.

Outro ponto a ressaltar é o comportamento observado no último período da série. O triênio 68-70 marcou a retomada do crescimento da economia gaúcha, após um período de recessão entre 1962 e 1967. As taxas de crescimento da agricultura, indústria e serviços situaram-se acima das respectivas médias históricas (1947-1970). No entanto,

²⁰ Considera-se a renda do Estado como equivalente ao seu Produto Interno Líquido a Custo de Fatores.

²¹ FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. 25 anos de economia gaúcha; análise da indústria de transformação no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1976. v.4.

— . 25 anos de economia gaúcha; análise do setor terciário no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1978. v.5.

Tabela 9

Taxas de crescimento do Produto Interno Líquido, a custo de fatores,
por atividades, no Rio Grande do Sul — 1947-70

PERÍODOS	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS
1947-54	9,20	5,11	9,19	6,69
1955-61	9,20	-1,66	7,87	6,30
1962-67	9,09	2,62	0,37	3,07
1968-70	(1) 17,93	15,01	8,62	11,99
1947-70	(2) 10,13	4,19	6,70	6,21

FONTE DOS DADOS BRUTOS: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. 25 anos de economia gaúcha; uma visão global da economia do Estado. Porto Alegre, 1976.

NOTA: Em valores reais. Base 1949=100.

(1) Foram considerados sô os anos de 1968 e 1969. (2) Foram considerados os anos de 1947 até 1969.

a taxa de crescimento da renda apropriada pelo setor financeiro situou-se acima das demais, praticamente dobrando seu próprio desempenho em relação aos períodos anteriores. Em face da estabilidade observada até 1967, período em que o setor financeiro pareceu imune às flutuações do restante da economia, a sua evolução no triênio 68-70 guardou relações com o novo marco institucional outorgado após 1964. A reestruturação do mercado financeiro, implementada ao longo da segunda metade da década, trouxe a criação de vários instrumentos de proteção ao capital monetário, em especial ao capital bancário (recursos próprios das empresas financeiras), possibilitando maior apropriação de renda pelo setor.

Cabe apontar, novamente, o caráter estável do crescimento da renda no setor financeiro. Especialmente no período 1962-67, período de recessão na economia do Estado, o setor financeiro parece desconhecer essa etapa de dificuldades. O fato sugere que o capital monetário desfruta de uma posição diferenciada no contexto do sistema econômico.

As considerações levantadas acima, independentemente dos períodos a que se referem e nos quais podem assumir características específicas, podem ser explicadas por aquilo que se denomina "situação peculiar" dos intermediários financeiros no conjunto de uma economia de mercado. Primeiramente, serão comentados os aspectos estruturais que diferenciam o capital bancário dos capitais produtivos, dando àquele uma posição privilegiada que culmina em apropriação de fatias crescentes da renda, conforme mostram os dados. A par desse comportamento natural, e em seu reforço, serão discutidas as influências "exôgenas" materializadas nos vários mecanismos e instrumentos criados por força de lei.

Ao contrário do capital industrial e comercial, cuja dimensão está dada tecnicamente, o capital bancário é fictício na sua maior parte, ou seja, é a expressão monetária do capital que atua de modo produtivo no processo econômico. Equivale a um capital de empréstimo, sendo importante que sô exista contabilmente, isto é, simples expressão de um direito de propriedade. Daí derivam as diferenças: o capital monetário já é, em sua essência, capital-dinheiro, etapa final e necessária da transformação do capital produtivo. Esse, por sua vez, ainda tem que se transformar de capital-mercadoria

em capital-dinheiro. Exatamente nessa passagem é que se localiza a origem da posição diferenciada do capital bancário que foi referido.

A necessidade de realizar a produção, condição de sobrevivência do capital produtivo individual, pode, mais ou menos, fracassar, isto é, o capital-mercadoria pode depreciar-se e realizar prejuízo. Trata-se de um fenômeno recorrente em uma economia de mercado, onde as oscilações de conjuntura são da essência da economia. Assim, dificuldades periódicas de realizar vendas são normais, o que impõe um ritmo menos intenso de crescimento do capital produtivo.

Essa dificuldade inexistente ao capital bancário, pois já se encontra em forma líquida, isto é, capital-dinheiro. Além disso, a oscilação no ritmo do processo econômico pode trazer uma mudança nos níveis absolutos das taxas de juro, o que, no entanto, pouco afeta a taxa de lucro do capital bancário que depende, em última análise, do diferencial entre juros ativos e passivos²².

Essas considerações tornam-se claras à luz da evidência empírica traduzida na Tabela 9. No período 1962-67, fase em que a economia gaúcha se encontrava na etapa descendente do ciclo, inclusive com seu setor mais dinâmico — a indústria — crescendo a taxas irrisórias, o setor financeiro desconheceu qualquer tipo de dificuldade. Muito provavelmente, em tais circunstâncias, o setor financeiro viu melhorada sua posição relativa no mercado, pois aumentou a necessidade de crédito de circulação para financiamento dos estoques adicionais, invendáveis, até que fosse superada a situação de crise.

Para essa situação diferenciada de que desfruta o capital bancário também colaboram outros fatores. À medida que se dá a centralização do capital monetário, por definição aumenta o poder de mercado das unidades detentoras desses recursos. A diminuição da concorrência entre os bancos possibilita uma redução no custo dos depósitos por um lado, e diferencia o crédito em termos de volume e prazo por outro, aumentando a taxa de retorno das unidades concentradas²³ e do setor como um todo. No Brasil, o processo de centralização do capital bancário foi vigorosamente impulsionado, após 1965, por legislação específica. Sob condições "normais", certamente as possibilidades de centralização teriam sido menores devido ao pequeno papel que joga o lado técnico na atividade financeira. Nas empresas financeiras, ao contrário da indústria, a arma tecnológica é de diminuto poder na luta concorrencial. O que joga um papel decisivo é o lado econômico, que consiste na posição de mercado, possível de alcançar pela magnitude do capital monetário controlado. Esse aspecto, no entanto, não existia no grau necessário até 1965²⁴, de forma a constituir-se em aspecto auto-indutor que levasse a graus superiores de concentração.

²² "Mesmo com a redução de juros proporcionada pela Resolução nº 212, de 2.2.72, do Banco Central, a lucratividade das Financeiras não se modificou. Em verdade, a diferença entre juros recebidos e juros pagos tem permanecido próxima de 1,25% a.m..." Vide: CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro. FGV. v.26, n.9, set.1972, p.75.

²³ A centralização deu-se, no Brasil, sob a forma de conglomerados financeiros, o que proporcionou vantagens adicionais ao setor: racionalização administrativa e maiores opções de "reciprocidade" por parte da empresa (além do saldo médio, financiamentos a taxas mais altas através do Banco de Investimento, aquisição de ações do banco, recolhimento de impostos etc.)

²⁴ Entre 1955 e 1965, o processo de concentração e centralização do capital monetário não alterou a posição relativa dos maiores bancos. A participação percentual dos 10 maiores bancos privados, no total de depósitos no País, reduziu-se de 33,6%, para 31,9%. Esse mesmo dado para os 50 maiores bancos é de 78,7% e 78,5%. Vide: CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, FGV, v.27, n.1, jan.1973.

Vários outros instrumentos foram criados ou estimulados por força de lei e tiveram influência direta no acréscimo da renda apropriada pelo setor financeiro, após 1967, via aumento da taxa de rentabilidade do setor. Como exemplos, pode-se citar o desenvolvimento do mercado aberto²⁵, a política de repasses de recursos de fontes internas (Instituições Financeiras Oficiais) e externas (empréstimos em moeda), além da proteção especial ao capital monetário através do instituto da correção monetária.

As medidas de proteção ao capital bancário estimularam seu uso operacional, isto é, em transações de crédito. Os recursos próprios dos bancos, que foram imobilizados em proporções crescentes até 1968 (ver Tabela 10), puderam ser liberados para operações "produtivas" que proporcionavam lucro ao banco. Entre 1968 e 1974, a proporção dos recursos próprios, destinados à imobilização, decresceu de 69% para 27%.

Tabela 10

Relação imobilizado/recursos próprios (não exigível) nos Bancos Comerciais do Rio Grande do Sul — 1952-74

DISCRIMINAÇÃO	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959
Bancos comerciais	0,26	0,30	0,32	0,40	0,36	0,36	0,34	0,45
DISCRIMINAÇÃO	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967
Bancos comerciais	0,44	0,33	0,33	0,33	0,55	0,55	0,46	0,48
DISCRIMINAÇÃO	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	
Bancos comerciais	0,69	0,61	0,60	0,41	0,45	0,45	0,27	

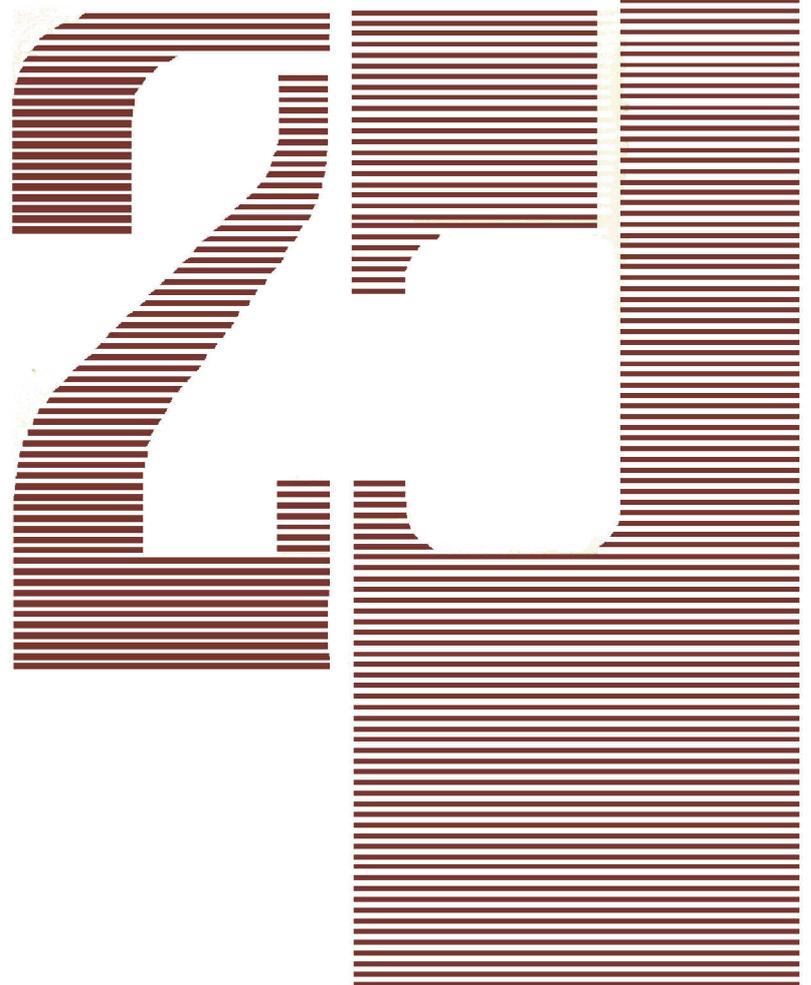
FORNE DOS DADOS BRUTOS: Estatística Bancária e Movimento Bancário do Brasil.

NOTA: Não se encontram incluídos, na tabela, dados do Banco do Brasil.

²⁵ Os saldos das entidades financeiras, anteriormente ociosos, passaram a encontrar no "open market" alternativa de aplicação. Também mais da metade dos depósitos compulsórios, antes esterilizados, passaram a ser efetuados na forma de obrigações do Governo, que rendem juros.



capítulo III
o setor financeiro
e a transferência de excedentes



CAPÍTULO III - O SETOR FINANCEIRO E A TRANSFERÊNCIA DE EXCEDENTES

1. Uma linha de análise

Entre os assuntos que mais têm despertado o interesse dos estudiosos de economia regional estão as vias de complementação entre um determinado subsistema econômico regional e a economia nacional. No Brasil, o desenvolvimento diferenciado entre as regiões — um pólo dinâmico, economicamente mais forte, de um lado, e economias regionais acopladas, de outro — constitui-se em motivação mais do que suficiente para que se investigue os mecanismos que viabilizaram esse crescimento distinto.

Vários trabalhos (alguns são comentados a seguir) têm trazido a preocupação de entender a inserção das economias regionais no Brasil. Todos revelam um desempenho econômico, das regiões periféricas, aquém de um certo ritmo desejado, cujo parâmetro seria dado pelo crescimento do "centro" econômico nacional, representado pelo eixo Rio-São Paulo. Esses trabalhos utilizam, em maior ou menor grau, bases empíricas que não deixam dúvidas a respeito do menor dinamismo da economia gaúcha²⁶, seja pelo crescimento mais modesto de sua renda interna, seja pelo volume de investimentos em proporção menor de seu produto interno, em comparação ao pólo dinâmico.

Embora partindo da mesma base empírica, os trabalhos diferenciam-se bastante, à medida que uns se limitam somente a identificar os resultados da interação entre os subsistemas regionais e central — não perdendo importância por isto — e outros tentam elaborar uma argumentação lógico-evolutiva que explique os desempenhos diferenciados.

Antes de discutir, brevemente, algumas contribuições a respeito da problemática citada, é necessário salientar que esse ponto não é central no presente trabalho. É apresentado como um marco de referência estrutural, onde se estabelecem vários "caminhos" que viabilizam o crescimento desigual, entre os quais a intermediação financeira.

Com base nos dados das Contas Nacionais da Fundação Getúlio Vargas, ao longo do período (1948-73), a taxa média anual de crescimento acumulativo do Rio Grande do Sul foi bem menor do que a da Região Sul e a do Brasil: 5,6% contra 6,3% e 6,8%, respectivamente; em termos reais, o produto estadual, que constituía, em 1947, mais de 60% do produto da macrorregião e mais de 10% do País, representa, hoje, menos de 50% e cerca de 7% de cada um desses totais, respectivamente. As duas últimas constatações permitem concluir que, fora de qualquer dúvida, a importância relativa da economia gaúcha vem diminuindo a olhos vistos, tanto a nível nacional como macrorregional. No que tange à agricultura, a participação percentual do Estado diminuiu tanto na macrorregião como no País, passando de 52% e 13%, respectivamente, em 1947, para 44% e 12% em 1969. No que diz respeito à indústria, o Rio Grande do Sul vem perdendo igualmente posição em ambos

²⁶ É óbvio que, neste trabalho, a preocupação principal será a economia gaúcha. No entanto, outras áreas apresentam situações talvez mais dramáticas como é o caso do Nordeste.

os casos, pois representava, em 1947, 59% do total da Região Sul e 8% do Brasil, e constituía, em 1969, somente 55% e 6%, respectivamente.²⁷ Esses dados representam o resultado de um processo e são, por si, evidentes.

Os dados fornecidos pelas Contas Nacionais da Fundação Getúlio Vargas são elucidativos em termos da problemática mais ampla, se agrupados conforme as regiões geopolíticas do País. Dessa forma, fica clara a situação diferenciada da região Sudeste, em contraposição às demais, no processo de redivisão inter-regional do trabalho no Brasil²⁸ "... o intenso crescimento industrial ocorrido na região Sudeste — particularmente em São Paulo — é devidamente o epicentro das transformações estruturais da economia brasileira, como um todo, e igualmente de uma certa redivisão inter-regional do trabalho no país"²⁹. O estudo referido encerra uma tentativa de explicar a mecânica econômica de forma integrada, ou seja, tomando o sistema econômico nacional como um todo e interpretando-o como composto de partes que, pela forma como se complementam, o fazem de maneira distinta. Mostra que a tendência ao aprofundamento da especialização regional tem um sentido de causação, onde a industrialização do Sudeste aparece como fonte indutora e o Nordeste e o Sul, em resposta, ajustam-se via aumento da exportação de seus produtos agrícolas regionais. Assim, geram o adicional de renda necessário à importação dos produtos industrializados do Sudeste, que desfruta de um mercado cativo nacional. Essa integração que se dá ao criar-se um mercado interno nacional significaria tornar a região integrada "dependente" da economia do Sudeste. No bojo dessas estruturas produtivas diferenciadas surgem os mecanismos endógenos ao sistema³⁰, que viabilizam o crescimento diferenciado em detrimento das regiões "periféricas", como retenção dos ganhos de produtividade e transferência líquida de excedentes via preços, política fiscal, cambial e monetária e transferência de recursos ditada pelas oportunidades de mercado³¹.

Outros trabalhos, citados a seguir, encerram um potencial explicativo, significativamente, maior, onde as razões primárias do desenvolvimento desigual são buscadas na evolução da história econômica. São estudos que retroagem no tempo, identificando padrões de crescimento, cuja transmutação sucessiva tem seu desenlace natural na atual fase da economia nacional. O grande mérito desses trabalhos é identificar a posição poten-

²⁷ Esses dados fazem parte das conclusões preliminares do trabalho: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. 25 anos de economia gaúcha; uma visão global da economia do Estado. Porto Alegre, 1976. p.11.

²⁸ Essa discussão é introduzida no Trabalho de: OLIVEIRA, Francisco de & REICHSTUL, Henry-Philippe. Mudanças na divisão inter-regional do trabalho no Brasil. Estudo Cebrap. São Paulo, Brasileira de Ciências. (4): 131-68, abr./maio/jun.1973.

²⁹ *Ibidem* p.133.

³⁰ Pode-se, inclusive, arrolar os mecanismos fiscais de transferência de excedente como endógenos, pois, do ponto de vista da racionalidade empresarial, os gastos governamentais serão mais eficientes em áreas de maior concentração econômica. Isso ocorreu "até o início dos anos 50, quando os investimentos governamentais em serviços de utilidade pública se concentrariam na região central, acentuando pois as desvantagens da periferia". Vide: CASTRO, Antonio de Barros de. 7 ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro, Forense, 1971. v.2.

³¹ A mensuração da importância relativa desses mecanismos, como "responsáveis" pelo menor dinamismo da economia gaúcha, é bastante difícil (pela inexistência ou nível de agregação dos dados disponível) e constitui área de investigação pouco explorada e bastante atrativa.

cialmente desfavorável da economia gaúcha a partir de épocas em que mostrava grande dinamismo. Não são estudos do "passado". Abordam as épocas mais recentes (pós-50), identificando, de forma bastante concreta, as estruturas produtivas e os mecanismos que delas derivam, viabilizando o crescimento diferenciado.

No início de abrangência do presente trabalho, (1950), já estava configurada a situação diferenciada entre as economias regionais e o "centro" econômico Rio-São Paulo³². Já em 1930, época em que se inicia uma profunda mudança na composição setorial da indústria brasileira, é clara a posição "evoluída" do eixo Rio-São Paulo. As unidades surgidas sob o estímulo da crise do comércio externo tenderam a localizar-se no "centro". Ali dispunham de melhor infra-estrutura de serviços de energia; a proximidade de portos bem aparelhados (Santos e Rio de Janeiro) era necessária devido à grande dependência de importações, além das economias de aglomeração impostas pela grande interdependência das unidades.

Aos poucos, as manufaturas procedentes do centro foram conquistando os mercados regionais, consolidando a ascensão nacional do centro-sul, redundando na definição de parâmetros impostos às tentativas regionais de industrialização. Até, aproximadamente, o início dos anos 50, as indústrias regionais desenvolveram-se apoiadas na insuficiência de oferta pelo declínio das importações. A partir dessa época, a expansão do "centro" pôs em xeque as empresas de abrangência regional. As grandes estradas constituíram vias abertas de comércio que lançaram nas regiões a produção manufatureira do centro. Frente a isso, muitas indústrias, nascidas num Brasil fragmentado, não sobreviveram à pressão competitiva das indústrias do "centro".

O Rio Grande do Sul, assim, viu limitadas suas possibilidades no panorama econômico nacional. No início do século, já aparecia como o Estado "celeiro", especializando-se na exportação de produtos alimentares para São Paulo e Rio de Janeiro. Essas áreas, por seu lado, empregavam todas as suas energias no plantio do café. No entanto, a diversificação progressiva da agropecuária no centro-sul, reagindo às crises da cultura cafeeira, acabou por deslocar os produtos gaúchos desse grande mercado consumidor.

Por último, cabe referir a um trabalho realizado pela Unidade de Análise do Setor Secundário da FEE.³³ Esse estudo insere o desenvolvimento industrial do Rio Grande do Sul no contexto da industrialização nacional, e investiga como essa o determina. Define dois padrões de acumulação nacional durante o período de substituição de importações, pós anos 30. O primeiro padrão teve sua dinâmica de crescimento apoiada na expansão do setor produtor de bens de consumo não-duráveis. O Rio Grande do Sul constituía uma fração do setor produtor de não-duráveis, beneficiando produtos agrícolas da região e exportando excedentes para outras áreas do País. Essa articulação entre agricultura e indústria conferia um caráter relativamente autônomo à economia do Estado.

A partir de 1955, começou a instalar-se no País um setor produtor de bens duráveis de consumo que trouxe a mudança em direção a um novo padrão de acumulação a nível nacional. Esse caracterizou-se por três fases distintas: duas de expansão acelerada, entre os anos de 1955 e 1961 e a partir de 1968, separados por um período de es-

³² CASTRO, A. B. op.cit.

³³ FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. 25 Anos de Economia Gaúcha; análise da indústria de transformação do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1976.

tagnação relativa entre 1962 e 1967.

Assim, após a colocação desses parâmetros impostos pelas sucessivas etapas da industrialização nacional, o trabalho passa a abordar as formas de complementação da economia gaúcha em relação ao "centro", isto é, que mudanças ocorrem na estrutura produtiva rio-grandense como resposta ao ímpeto econômico do pólo hegemônico, e quais os mecanismos de transferência de potencial econômico surgem no âmago desses subsistemas em interação. "Ao alterar-se o padrão nacional de acumulação, um importante segmento da indústria estadual — a maioria das indústrias tradicionais — será progressivamente desacelerado, encontrando-se inadequado a cumprir as exigências³⁴ que passam a ser impostas de forma mais veemente às regiões periféricas pelo centro hegemônico da economia brasileira".³⁵

A rearticulação da economia do Estado, ajustando-se ao novo padrão de acumulação, deu-se pela especialização que se desenvolveu por duas vias distintas, integrando estabelecimentos de certos gêneros (bens intermediários) da indústria de transformação gaúcha ao centro hegemônico e articulando estabelecimentos à agricultura regional, que, por sua vez, está "amarrada" ao processo nacional de acumulação.

"As considerações precedentes não devem induzir à conclusão de que a indústria de transformação gaúcha consiga atingir níveis de acumulação³⁶ similares aos verificados no pólo central ... Tendo em vista que o Rio Grande do Sul e o eixo Rio-São Paulo partiram de condições distintas e se desenvolveram de forma desigual, não é de se estranhar que a concentração espacial da indústria brasileira se dê paralelamente a uma tendência cada vez mais acentuada da concentração do capital."³⁷

A discussão anterior teve por objetivo introduzir a temática das disparidades regionais. Somente sobre as bases reais de complementação entre os subsistemas é que se poderão ter uma percepção concreta das origens do crescimento diferenciado entre regiões. Todos os mecanismos de decréscimo relativo do potencial econômico do Rio Grande do Sul só podem ser entendidos a partir do conhecimento de sua estrutura produtiva e de como ela se integra ao sistema "central".

Assim, quaisquer mecanismos que viabilizem o crescimento díspar — retenção dos ganhos de produtividade, transferência de excedentes via preços e transferência líquida de recursos em busca de melhores oportunidades — são carentes de poder explicativo se não referidos às estruturas produtivas e de comercialização que lhes dão origem.

³⁴ Referem-se a escalas de planta insatisfatórias, técnicas ultrapassadas etc., tornadas possíveis pela insuficiência crônica de oferta vigorante no período pós-30, além da deficiente infra-estrutura regional de serviços básicos.

³⁵ FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. op. cit. nota 33. p.143.

³⁶ Os dados de emissão de capital publicados na revista CONJUNTURA ECONÔMICA são bons indicadores dos ritmos diferenciados nos processos de acumulação no Rio Grande do Sul e São Paulo. Enquanto o Rio Grande do Sul, na década de 60, participava com aproximadamente 8% da Renda Nacional, sua contribuição no total das emissões de capital era de somente 2,9%. Em contraposição, esses mesmos percentuais para São Paulo eram 35% e 46,7%. Embora esses dados devam ser analisados mais no sentido que indicam, e menos em suas magnitudes absolutas, fica claro que uma parcela significativa dos recursos para a acumulação de São Paulo fluiu vinda de outras áreas, ou seja, a acumulação acelerada no centro hegemônico tem, em contrapartida, a pauperização relativa de outras regiões do Brasil. Vide: CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, FGV, v.24, 1970. n.2. 1970.

³⁷ Ibidem, nota 36. p.145.

Feitas essas considerações pode-se inserir nessa argumentação o Setor Financeiro que, afinal, é a área objeto da análise do presente trabalho. Naturalmente, ele se constitui em via por onde flui "potencial econômico", e é por onde se transferem excedentes, ou melhor, a contrapartida monetária desses excedentes. No entanto, cabe discutir qual o papel ativo do setor Financeiro nesse processo, uma vez colocada as bases reais sobre as quais deve ser discutida a complementaridade econômica regional.

Assim, pode-se propor duas formas de sistema financeiro³⁸ que se irão posicionar, diferentemente, na dinâmica da complementaridade.

Uma das formas seria aquela em que um "setor financeiro funcionalmente neutro tem o papel de permitir e facilitar que se materialize um volume de investimentos efetivamente desejado pelos agentes econômicos, como também de promover a canalização — e, muito provavelmente, a concentração — dos recursos para os setores de atividades dominantes, sob o ângulo da taxa de rentabilidade e de suas possibilidades de expansão dinâmica devido à conformação da demanda. Dentro dessa concepção, também, não seria de se esperar que coubesse ao setor financeiro responsabilidade como a correção das características intrínsecas de um determinado padrão de desenvolvimento, a modificação da distribuição dos recursos reais em determinada direção e, nem sequer, o aumento da taxa real de investimento".³⁹

A outra forma é aquela em que se concebe "uma funcionalidade desenvolvimentista que, essencialmente, significaria que o sistema financeiro assume um papel ativo na distribuição de recursos. Esse tipo de funcionalidade do aparelho de intermediação promove uma canalização dos recursos diferente da que ocorre em uma com caráter neutro, já que os recursos são dirigidos para fins qualificados como prioritários, tendo em vista o efeito que tem na aceleração do desenvolvimento econômico e social. Esses fins serão, em alta medida, diferentes daqueles que se regem pelo critério da rentabilidade privada".⁴⁰

Deve-se ressaltar que essas formas de sistema financeiro não são encontradas em estado "puro", isto é, acham-se combinadas em diferentes proporções, conforme o momento histórico por que passa o sistema econômico. Além disso, não é tão clara a diferenciação que faz o texto citado sobre os fins a que levam as formas de sistema financeiro desenvolvimentista. Tomando o caso da economia gaúcha, pode-se observar que a instalação ou o aumento da atividade financeira das unidades desenvolvimentistas⁴¹ — BRDE, Banco do Brasil e outros intermediários repassadores de recursos oficiais — não

³⁸ Essas formas de sistema financeiro são referidas no trabalho: CEPAL. O desenvolvimento recente do sistema financeiro da América Latina. In: SERRA, José, coord. América Latina; ensaios de interpretação econômica. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. p.107-49 (Estudos-Americanos, 5).

³⁹ Ibidem, p.114.

⁴⁰ CEPAL. op. cit., nota 38, p.114.

⁴¹ Estão presentes na memória de todos as dificuldades de implementação de opções econômicas, tomadas em consenso pelo grupo dirigente no Rio Grande do Sul (poderes executivo e legislativo) como, por exemplo, os projetos do Pólo Petroquímico e da Companhia Riograndense de Nitrogenados. Por outro lado, cabe também aqui as referências que foram feitas anteriormente ao Banco do Brasil — que aprofundou, no Rio Grande do Sul, seu papel de financiador das atividades do setor agrícola — e ao BRDE, cuja dependência de recursos de terceiros coloca limites a sua ação, em termos de volume e opções de financiamentos.

induziu a um estilo de desenvolvimento mais homogêneo em relação ao "centro". Ao contrário, boa parte desses créditos subsidiados destinou-se à agricultura, aprofundando a especialização da economia do Estado, o que representa um menor potencial relativo de crescimento em relação às áreas industrializadas.

Por outro lado, qualquer análise sobre os possíveis benefícios à economia do Estado, como resultado do fluxo positivo de recursos monetários carreados através das unidades desenvolvimentistas, é unilateral, pois deve ser considerada a origem dos recursos orientados por essas unidades. Essa consideração refere-se à estrutura fiscal, ou seja, o resultado do balanço de recolhimentos e aplicações de recursos tributários no Estado.

Assim, a ênfase da discussão sobre intermediários financeiros e transferência de excedentes deve ter, como marcos de referência, de um lado, a hierarquia nacional das taxas de lucro que tem uma contrapartida regional, e, de outro, um sistema financeiro "passivo" que responde à racionalidade de uma economia de mercado.

Até o momento, no presente capítulo, a preocupação foi, inicialmente, evidenciar os possíveis pontos de transferência de "potencial econômico", decorrentes de estruturas produtivas diferenciadas e de suas formas de complementação, e, em segundo lugar, determinar o papel que joga o sistema financeiro com uma das vias pelas quais podem ocorrer as transferências. Ao longo desses comentários, acredita-se ter ficado clara a posição de "inferioridade" da economia do Estado em relação ao "centro" hegemônico — crescimento do produto interno do Rio Grande do Sul a um ritmo mais lento; acumulação de capital em proporção inferior ao "centro", conforme as participações no produto nacional. Assim, é lógico inferir que se está verificando um processo de vazamento na economia do Estado. No entanto, a identificação e, inclusive, a mensuração dos recursos transferidos só serão possíveis através do levantamento de um balanço de pagamentos, do Rio Grande do Sul, onde o saldo da conta Transações Correntes corresponderia ao volume de recursos enviados (caso houvesse superávit) ou aos recursos canalizados para o Rio Grande do Sul (caso se verificasse déficit).

Frente à riqueza analítica dos aspectos lógico-estruturais que se procurou trazer até agora, as escassas informações disponíveis sobre transferência de recursos monetários via intermediários financeiros pouco poderão auxiliar na tentativa de comparação empírica do processo de transferência. Apesar dessa limitação imposta pelas estatísticas disponíveis, procurar-se-á explorá-las ao máximo.⁴²

2. A transferência de excedentes monetários via bancos comerciais

Ao longo do período estudado, observou-se a expansão do sistema financeiro do Rio Grande do Sul, com o surgimento de novas instituições. A primeira fase caracterizou-se pelo aumento das instituições bancárias, principalmente filiais de bancos de outros Estados. Essas eram em número de 17 em 1956, atingindo 42 em 1971. As matrizes

⁴² "... o que dá valor a uma tese não são as informações, tabelas etc., que a acompanham, e sim o seu poder explicativo ... Ao negar que o conhecimento científico seja extraído de tabelas, de informações, não se está colocando de lado a realidade. Pelo contrário, ela está presente na forma pela qual sempre fecundou o pensamento humano: servindo para que outros testem, semeando dúvidas das quais surgirão novas teses". In: CASTRO, A. B. op. cit., p.11.

dos bancos comerciais eram em número de 11 em 1952, atingindo o máximo de 13 em 1966. Na segunda etapa de concentração acelerada, a expansão deu-se, principalmente, pela instalação de unidades financeiras não-monetárias, com matriz no Estado ou fora. Deve-se salientar que a unificação do espaço econômico nacional, cujo reflexo foi a interligação financeira entre as regiões, também aconteceu com os bancos "gaúchos" que expandiram suas atividades fora do Estado, se bem que em menor ritmo.

Vê-se, então, que o canal financeiro, por onde fluíam os recursos, foi alargado no período em estudo. As possibilidades de remessa de excedente diferem conforme o tipo de recursos monetários que transitam pelo sistema financeiro, ou seja, conforme a natureza dos intermediários — monetários ou não-monetários.

Assim, os bancos comerciais podem servir ao trânsito de excedente de duas formas. A primeira, quando operam como simples portadores de recursos de terceiros que são remetidos a outras praças. Trata-se da parcela de lucros na produção realizada das empresas que se destinam a reencetar o processo produtivo em outra área. Esses recursos, pela sua natureza de lucros realizados que não serão reinvestidos no âmbito da unidade que o gerou, não fluem ao sistema bancário como depósito à vista. Aparecem, se for o caso, em outras "contas" como, por exemplo, "ordens de pagamento", "agências e correspondentes no País", ou fluem para mercados de dinheiro de médio prazo, ou seja, constituirão recursos das instituições não-monetárias que se desenvolveram, somente, a partir da década de 60.

O nível de agregação dessas contas, onde são contabilizados os recursos em trânsito⁴³, a que se está referindo, não permite uma avaliação do saldo das remessas e recebimentos sob essas rubricas. Caso houvesse um maior detalhamento dessas informações, seria possível a avaliação dos fluxos de recursos sob forma monetária que se transferem em busca de maiores taxas de retorno. Essa transferência direta de capital deve ter aumentado, constantemente, ao longo do período, pois a integração econômica nacional aparece também sob forma de capitais unificados que operam em diversos locais do País, mantendo diversas linhas de produção ou somente escritórios de representação comercial.

A segunda forma de transferência de excedente, na qual o banco comercial aparece como intermediário financeiro propriamente dito, constitui-se na remessa dos recursos captados sob forma de depósitos à vista. Essa modalidade tem sido a mais discutida pela existência de informações regionalizadas que permitem montar uma série da relação EMPRÉSTIMOS/DEPÓSITOS. Este quociente tem sido utilizado como evidência na argumentação sobre a transferência de excedentes monetários à vista captados pela rede bancária.

Antes de se discutir a validade do quociente EMPRÉSTIMOS/DEPÓSITOS para medir o que se pretende e avaliar os resultados obtidos, é necessário discutir o significado dos recursos que fluem aos bancos sob a forma de depósitos (o denominador desse quociente).

Os depósitos à vista e curto prazo, nos bancos comerciais, são recursos, como o próprio nome já diz, de exigência imediata por parte dos depositantes. Destinam-se

⁴³ ESTATÍSTICA BANCÁRIA. Porto Alegre, Departamento Estadual de Estatística, (s.d.).
MOVIMENTO BANCÁRIO DO BRASIL. s.l. Secretaria da Receita Federal, (s.d.).

ao financiamaneto da atividade corrente, muitas vezes sob a modalidade de crédito de circulação, isto é, financiando produção já realizada (por exemplo, o desconto de duplicatas). Essa função dos bancos comerciais está associada à manutenção de um determinado nível de atividade econômica e grande parte das operações se dão seguindo o princípio da reciprocidade, isto é, os próprios depositantes são, muitas vezes, os mesmos clientes que solicitam empréstimo⁴⁴. A disponibilidade dos depósitos no sistema bancário, tanto para saque do seu proprietário como para empréstimo a terceiros, significa a garantia da manutenção de uma taxa adequada de liquidez que lubrifique o funcionamento corrente da economia.

Essa argumentação mostra a inadequação dos recursos representados pelos depósitos na rede bancária para serem transferidos a outros estados de forma sistemática, de maneira a constituir-se em uma via importante de remessa de excedentes. Com isso não se quer dizer da impossibilidade da transferência dos recursos captados sob essa modalidade. Acredita-se, no entanto, que deva ocorrer em situações especiais de excesso de caixa ao nível de agência, mas, se forem computadas as "saídas" e "entradas" a nível de Estado, não se detectará um sentido no fluxo ao longo dos anos.⁴⁵ Deve-se sempre lembrar que são recursos exigíveis à vista e que aqueles excedentes monetários, cuja permanência é prevista por um período mais dilatado, não fluem ao sistema bancário.

A respeito da variável "E/D" (empréstimos/depósitos) é importante que se aponte suas limitações como indicador da proporção dos recursos depositados na rede bancária e que retornam ao processo produtivo, no Estado, sob a forma de aplicação.

A variável "E/D" tem sido muitas vezes utilizada, como indicador de transferência de recursos, sem que os autores investiguem outros elementos que afetam esse quociente. A primeira aproximação que deve ser feita é desagregar "E/D" por tipo de banco (Tabela 11), especialmente isolar os montantes referentes ao Banco do Brasil. Pode-se observar que a relação "E/D" para o Banco do Brasil é sempre superior à dos outros grupos de bancos, o que seria de esperar, pois faz parte das "Autoridades Monetárias", executando grande parte da política monetária e fiscal do Governo — expansão dos meios de pagamento e créditos especiais (agrícolas), utilizando recursos fiscais. Assim, o quociente "E/D" para o Banco do Brasil foge ao significado que dele se quer obter pois o banco utiliza, em proporções significativas, outros recursos que não depósitos, não sendo possível identificar sua "origem espacial".

Por outro lado, deve-se advertir contra conclusões apressadas que se pretendam tirar, comparando estaticamente, isto é, ano a ano, os valores "absolutos" dos quo-

⁴⁴ Conforme entrevista, um gerente de filial de um banco comercial de Porto Alegre, perguntado sobre a possibilidade de uma política determinada de remessa de depósitos à casa matriz, em São Paulo, para serem aplicados, foi claro ao responder negativamente, pois "empréstimos geram novos depósitos na agência" e uma política de tal tipo redundaria no decréscimo do nível de depósitos e a perda de clientes.

⁴⁵ O mercado aberto merece atenção especial. Com seu desenvolvimento acelerado pós-68, tornando-se uma alternativa rentabilíssima a curto prazo, certamente gerou um fluxo de saída de parte de recursos captados pelos bancos comerciais. Ao nível do sistema bancário representa transferência de excedentes monetários. No entanto deve ser considerada a contrapartida dessa receita governamental, ou seja, quais as áreas de destino dos gastos públicos financiados pelos títulos do Governo.

Tabela 11

Relações entre aplicações e fontes de recursos, no Rio Grande do Sul — 1952-74

DISCRIMINAÇÃO	TIPOS DE BANCOS	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959
<u>Total de empréstimos</u>	Banco do Brasil	1,83	2,49	3,78	5,23	5,15	4,77	5,15	5,43
Total de depósitos	Bancos Nacionais	1,10	1,10	1,10	1,12	1,13	1,06	1,03	1,02
	Bancos Estrangeiros	1,63	1,54	1,30	1,57	1,29	1,25	1,06	1,06
<u>Total de empréstimos</u>	Banco do Brasil	1,83	2,15	3,76	5,19	5,10	4,72	5,04	5,38
Total de depósitos +	Bancos Nacionais	1,00	0,98	1,00	1,00	0,98	0,93	0,90	0,87
Recursos repassados	Bancos Estrangeiros	0,92	1,40	1,17	0,99	0,93	1,09	0,94	0,83
<u>Total de empréstimos</u>	Banco do Brasil	0,97	1,00	0,97	0,97	0,99	1,00	1,00	1,00
Total de depósitos +	Bancos Nacionais	0,99	1,03	0,98	0,98	0,99	0,93	0,89	0,90
Recursos transitórios	Bancos Estrangeiros	0,80	0,82	0,86	0,81	0,86	0,88	0,77	0,78
<u>Total de empréstimos</u>	Banco do Brasil	0,96	0,94	0,97	0,97	0,98	1,00	1,00	1,00
Total de depósitos +	Bancos Nacionais	0,90	0,92	0,90	0,89	0,87	0,83	0,78	0,78
Recursos repassados +	Bancos Estrangeiros	0,58	0,78	0,80	0,62	0,68	0,80	0,70	0,65
Recursos transitórios									
<u>Total de empréstimos +</u>	Banco do Brasil	0,97	0,95	0,98	0,98	1,00	1,00	1,01	1,01
<u>Outras aplicações de</u>	Bancos Nacionais	0,94	0,94	0,92	0,91	0,89	1,10	0,82	0,81
<u>Recursos</u>	Bancos Estrangeiros	0,82	0,80	0,80	0,84	0,87	0,81	0,73	0,73
Total de depósitos +									
Recursos repassados +									
Recursos transitórios									
DISCRIMINAÇÃO	TIPOS DE BANCOS	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967
<u>Total de empréstimos</u>	Banco do Brasil	5,26	3,42	2,82	3,95	3,65	2,17	2,31	2,56
Total de depósitos	Bancos Nacionais	1,06	0,92	0,85	0,90	0,91	0,83	0,83	0,87
	Bancos Estrangeiros	1,05	0,86	0,66	0,72	0,92	1,11	0,90	0,74
<u>Total de empréstimos</u>	Banco do Brasil	4,58	3,35	2,77	3,85	3,57	2,10	2,19	2,31
Total de depósitos +	Bancos Nacionais	0,89	0,81	0,76	0,78	0,80	0,75	0,73	0,75
Recursos repassados	Bancos Estrangeiros	0,95	0,76	0,54	0,57	0,69	0,93	0,64	0,47
<u>Total de empréstimos</u>	Banco do Brasil	1,03	1,05	0,98	0,99	0,99	0,94	0,55	0,50
Total de depósitos +	Bancos Nacionais	0,89	0,83	0,78	0,80	0,82	0,76	0,77	0,78
Recursos transitórios	Bancos Estrangeiros	0,77	0,74	0,60	0,60	0,50	0,62	0,65	0,50
<u>Total de empréstimos</u>	Banco do Brasil	1,00	1,04	0,98	0,99	0,99	0,93	0,55	0,49
Total de depósitos +	Bancos Nacionais	0,77	0,74	0,70	0,71	0,73	0,69	0,68	0,68
Recursos repassados +	Bancos Estrangeiros	0,71	0,66	0,50	0,49	0,42	0,56	0,49	0,43
Recursos transitórios									
<u>Total de empréstimos +</u>	Banco do Brasil	1,01	1,06	0,99	1,01	1,00	0,99	1,00	0,99
<u>Outras aplicações de</u>	Bancos Nacionais	0,81	0,79	0,76	0,76	0,80	0,76	0,77	0,77
<u>Recursos</u>	Bancos Estrangeiros	0,78	0,76	0,55	0,58	0,50	0,62	0,60	0,53

(continua)

Tabela 11

Relações entre aplicações e fontes de recursos, no Rio Grande do Sul — 1952-74

DISCRIMINAÇÃO	TIPOS DE BANCOS	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974
Total de empréstimos	Banco do Brasil	2,77	2,84	2,95	3,30	4,83	3,67	2,03
Total de depósitos	Bancos Oficiais Estaduais	1,31	1,47	1,62	1,44	1,25	1,49	1,84
	Bancos Privados	0,84	0,86	0,92	1,07	1,13	1,08	1,25
Total de empréstimos	Banco do Brasil	2,78	2,82	2,94	3,28	4,45	3,42	1,92
Total de depósitos + Recursos repassados	Bancos Oficiais Estaduais	0,97	1,00	1,08	1,05	0,98	1,03	1,06
	Bancos Privados	0,79	0,78	0,83	0,94	1,01	0,95	1,09
Total de empréstimos	Banco do Brasil	0,94	0,89	0,96	0,95	0,93	0,92	1,01
Total de depósitos + Recursos transitórios	Bancos Oficiais Estaduais	0,65	0,81	1,45	1,35	1,12	1,26	1,51
	Bancos Privados	0,47	0,46	0,87	1,02	1,07	0,94	0,93
Total de empréstimos	Banco do Brasil	0,94	0,89	0,95	0,94	0,92	0,90	0,98
Total de depósitos + Recursos repassados + Recursos transitórios	Bancos Oficiais Estaduais	0,56	0,64	1,00	1,00	0,89	0,92	0,94
	Bancos Privados	0,45	0,43	0,79	0,89	0,96	0,84	0,84
Total de empréstimos + Outras aplicações de Recursos	Banco do Brasil	0,94	0,89	0,97	0,98	0,96	0,94	1,03
Total de depósitos + Recursos repassados + Recursos transitórios	Bancos Oficiais Estaduais	0,56	0,64	1,02	1,02	0,92	0,96	0,98
	Bancos Privados	0,45	0,43	0,83	0,95	1,08	0,96	0,97

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Estatística Bancária e Movimento Bancário do Brasil.

- NOTA: 1. Recursos transitórios abrangem: até 1967, agências e correspondentes no País, agências e correspondentes no exterior, IOF e FGTS; após 1967, devedores e credores diversos no País, correspondentes no exterior em moeda estrangeira, departamentos e correspondentes no País, PIS, FGTS, Instituto de Previdência Federal, por conta do Tesouro e Impostos Municipais e Estaduais.
2. Recursos repassados abrangem: até 1967, títulos descontados, obrigações contratadas com Instituições Financeiras, créditos de bancos e outros créditos; após 1967, obrigações contraídas com Instituições Financeiras oficiais, obrigações contraídas com instituições oficiais, descontos e Banco Central, conta empréstimo.
3. Outras aplicações de recursos abrangem: até 1967, letras a receber, conta própria e outros créditos realizáveis; após 1967, adiantamento sem contratos de câmbio, devedores por créditos liquidados no exterior e outros créditos realizáveis.

Tabela 12

Relação empréstimos/depósitos dos bancos comerciais, segundo a localização — 1952-74

LOCALIZAÇÃO	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963
Brasil	0,92	0,91	0,95	0,91	0,91	0,84	0,83	0,77	0,80	0,77	0,72	0,70
Rio Grande do Sul ...	1,10	1,10	1,10	1,12	1,13	1,06	1,03	1,02	1,06	0,92	0,85	0,90
São Paulo	0,87	0,88	0,94	0,87	0,91	0,84	0,84	0,83	0,83	0,78	0,74	0,69
Guanabara	0,88	0,84	0,91	0,88	0,86	0,76	0,74	-	0,73	0,70	0,61	0,60
LOCALIZAÇÃO	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	
Brasil	0,71	0,67	0,74	0,79	0,78	0,94	0,98	0,97	1,03	1,03	1,13	
Rio Grande do Sul ...	0,91	0,83	0,83	0,87	0,99	1,03	1,10	1,17	1,17	1,20	1,44	
São Paulo	0,70	0,62	0,70	0,72	0,70	0,89	0,89	0,97	0,93	0,97	1,11	
Guanabara	0,61	0,63	0,70	0,71	0,71	0,92	0,98	1,02	0,87	0,88	0,85	

FONTE: Calculado com base nas informações da Estatística Bancária e Movimento Bancário do Brasil.

NOTA: Não estão incluídos, na tabela, os dados do Banco do Brasil.

cientes "E/D" do Rio Grande do Sul com os de São Paulo, Guanabara⁴⁶ e do Brasil (Tabela 12). À primeira vista, poder-se-ia concluir que o Rio Grande do Sul desfruta de uma posição privilegiada em relação ao "centro" e ao Brasil como um todo. Os valores dos quocientes "E/D" são sempre superiores no Rio Grande do Sul. No entanto, é ilusória a análise das diferenças absolutas, pois estaria indicando um fluxo estável de recursos de depósitos em direção ao Rio Grande do Sul. Antes de mais nada, essa conclusão seria contrária a todas as considerações lógico-estruturais que foram arroladas no começo do presente capítulo. Seria contraditório o fato de uma área de dinamismo econômico, relativamente menor, vir a constituir-se em região atrativa a excedentes monetários gerados no pólo dinâmico da economia nacional. Além disso, como foi visto, depósitos à vista, nos bancos comerciais, não se prestam a transferências de modo sistemático.

Cabe a pergunta: qual o motivo, então, do quociente "E/D", para o Rio Grande do Sul, situar-se sempre acima dos outros considerados? Essa dúvida pode ser sanada, ao menos ao nível lógico, se for lembrado que existem, nos balanços dos bancos, outras fontes de recursos que não depósitos (capital próprio, recursos repassados por instituições oficiais, recursos transitórios) que também são utilizados para financiar aplicações. Ainda existem várias rubricas sob as quais os bancos realizam operações ativas que não "empréstimos" (adiantamento sobre cambiais e contratos de câmbio, outros créditos etc.) e que utilizam recursos de depósitos. Assim, essas outras fontes e aplicações de recursos teriam que ser consideradas na construção de um "novo" quociente, obtendo-se uma idéia mais aproximada daquilo que se quer avaliar através de "E/D". Deve-se observar (Tabela 11) a mudança sensível que ocorre ao serem acrescentados, no denominador do quociente, os recursos repassados aos bancos comerciais⁴⁷.

Por outro lado, deve-se considerar a participação dos Bancos Oficiais Estaduais, pois esses possuem uma estrutura contábil diferente da dos bancos privados, pois são agentes financeiros do Governo estadual, o que torna ainda mais necessária a consideração de outros itens que não somente "empréstimos" e "depósitos". Após 1968, as informações estão desagregadas, podendo-se ver (Tabela 11) que o quociente "E/D" para o Banco do Estado do Rio Grande do Sul está sempre acima dos bancos privados, fato que aparece no agregado "Bancos Nacionais", até 1967, pela expressiva participação do BERGS no sistema bancário gaúcho.⁴⁸

Uma maneira de avaliar a existência e o sentido de um fluxo de recursos entre o Rio Grande do Sul e o "centro" ou o Rio Grande do Sul e o resto do País, utilizando os quocientes "E/D", seria investigar a existência de tendência crescente ou decrescente entre os quocientes, ou seja, haveria um "trade-off" sistemático entre (E/D) RS e os demais. Se a diferença (E/D) RS - (E/D) BR, por exemplo, fosse significativamente declinante, estaria sugerindo que o Rio Grande do Sul utiliza, progressivamente, menos os recursos captados no Estado sob forma de depósitos, possivelmente transferin-

⁴⁶ A comparação com São Paulo e Guanabara tem por objetivo analisar, empiricamente, à luz das informações disponíveis, algum comportamento sistemático do Rio Grande do Sul em relação ao "centro", seguindo a orientação que foi dada anteriormente.

⁴⁷ Recursos repassados, obrigações contratadas com instituições financeiras oficiais, descontos, Banco Central conta empréstimo.

⁴⁸ No período 1968-74, o BERGS participou, em média, com 36% do total de empréstimos dos bancos comerciais no Estado, excluído o Banco do Brasil.

do-os para fora do Estado. A evolução inversa indicaria que o Rio Grande do Sul absorve, progressivamente, recursos em proporções maiores que a captação, provavelmente transferidos de outros estados.

Para verificar se ocorre alguma tendência na diferença ou na razão entre os quocientes (E/D) RS e os demais, utilizou-se o Coeficiente de Correlação Ordinal de Spearman⁴⁹. Valores, significativamente, diferentes de ZERO indicarão a ocorrência do referido "trade-off" sistemático de recursos entre o Rio Grande do Sul e a outra unidade territorial envolvida no teste. Caso o coeficiente seja positivo e significativamente diferente de ZERO, o Rio Grande do Sul estará utilizando recursos originários da outra unidade territorial considerada. No caso oposto — coeficiente negativo e significativamente diferente de ZERO —, uma parcela dos recursos captados no Rio Grande do Sul estará sendo aplicada fora do Estado.

Definiu-se seis variáveis que serão correlacionadas, uma a uma, com o tempo (T):

$$\begin{aligned} A &= (E/D)_{RS} - (E/D)_{BR} \\ B &= (E/D)_{RS} \div (E/D)_{BR} \\ C &= (E/D)_{RS} - (E/D)_{SP} \\ D &= (E/D)_{RS} \div (E/D)_{SP} \\ E &= (E/D)_{RS} - (E/D)_{GB} \\ F &= (E/D)_{RS} \div (E/D)_{GB} \end{aligned}$$

A hipótese nula do teste afirma que não há tendência nas variáveis definidas acima ao longo do período 1952-74. Para rejeitar-se essa hipótese nula, aceitando-se portanto a hipótese alternativa da ocorrência de um comportamento tendencial sistemático, os valores calculados para a estatística " t_c " deverão ser maiores, em módulo, que o valor tabelado " $t_c = 1,325$ " (estatística tabelada ao nível de significância $\alpha = 0,20$). Trabalhou-se com α relativamente alto para diminuir a possibilidade de erro do tipo II, isto é, aceitar a hipótese nula caso seja falsa.

Resultados:

	AT	BT	CT	DT	ET	FT
Coeficiente de Correlação de Spearman	-0,09	-0,18	0,09	0,14	0,15	0,11
t_c	-0,39	-0,78	0,39	0,61	0,65	0,48

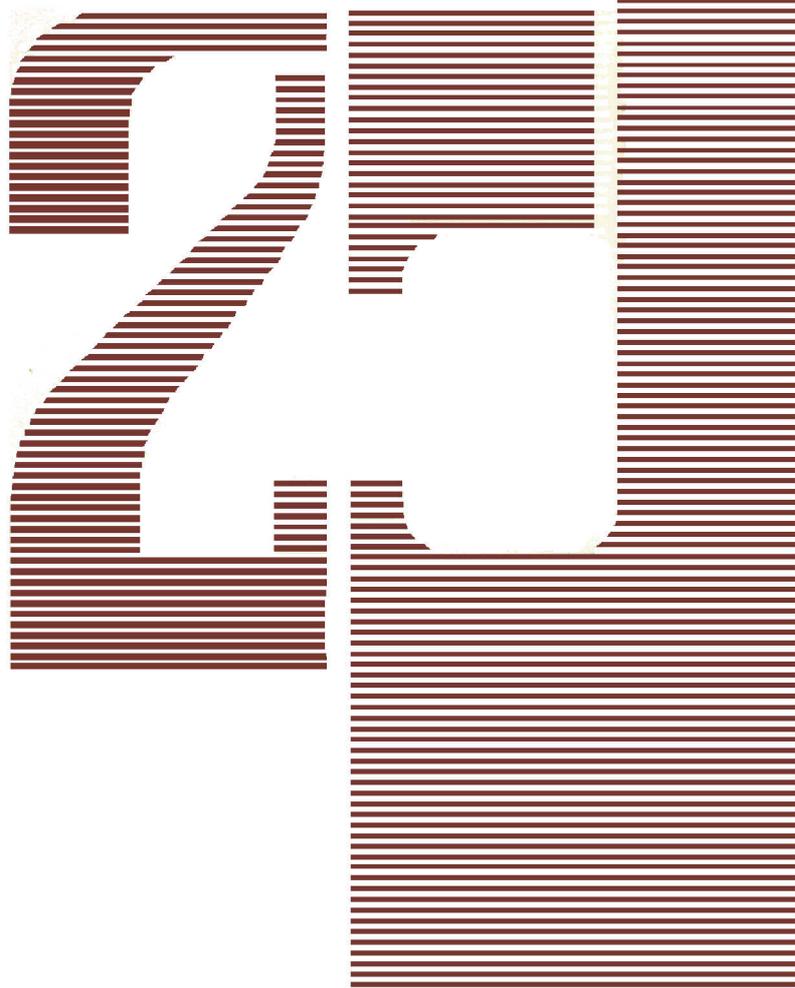
Os resultados acima não permitem afirmar a existência de um comportamento tendencial sistemático, nas variáveis observadas, no período definido. Isso sugere a não ocorrência de um fluxo normal de excedentes monetários, sob forma de depósitos nos bancos comerciais, para dentro ou para fora do Estado, nesse período.

Essa inferência parece confirmar os aspectos anteriormente comentados. De fato, os depósitos à vista, nos bancos comerciais, destinam-se ao financiamento da atividade corrente e são de exigibilidade imediata. Assim, em termos gerais, devem retornar à economia local, não ficando disponíveis para transferências de maior duração a outros estados.

⁴⁹ A respeito do Coeficiente de Correlação de Spearman, vide: SIEGEL, Sidney. Estatística não-paramétrica (para ciências do comportamento) São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1975. p.228.



capítulo IV
considerações finais



CAPÍTULO IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve um sentido essencialmente especulativo e, assim, deve ser visto como um conjunto de idéias que possa servir de guia para interpretações mais sistematizadas sobre o setor de intermediação financeira no Rio Grande do Sul.

Cabe, nesta conclusão, ressaltar as contribuições principais que foram colocadas no trabalho, pois, embora pouco elaboradas, tratam dos aspectos básicos para entender o papel dos intermediários financeiros na dinâmica da economia do Estado.

Foi possível observar que o crescimento da renda apropriada pelos intermediários financeiros ocorreu a taxas superiores às ocorridas nos demais setores da economia. Esse desempenho também caracterizou-se por ser bastante estável, ao contrário dos setores da esfera real, onde ficou claro o caráter oscilante do crescimento econômico. Durante o período 1962-67, em que o quadro econômico no Estado foi de recessão, o setor financeiro pareceu desconhecer a etapa de dificuldades, fato que revela a posição privilegiada das atividades financeiras em relação às demais.

Posteriormente, abordou-se o tema das vias de complementação entre economias regionais — o pólo economicamente forte e regiões periféricas subordinadas — e como determinados mecanismos viabilizam a manutenção de estruturas produtivas diferenciadas e crescimento econômico distinto.

Salientou-se que a discussão sobre disparidades regionais deve ser pautada pelas bases reais de complementação econômica entre os "sistemas" regionais. Significa que os mecanismos, através dos quais "flui" o crescimento diferenciado — retenção dos ganhos de produtividade, transferência de excedentes via preços e transferência líquida de recursos em busca de melhores oportunidades —, são carentes de poder explicativo se não forem referidos às estruturas produtivas e de comercialização que lhes dão origem.

Assim, com respeito à intermediação financeira e seu papel na transferência de excedentes, procurou-se salientar seu caráter passivo. Em outros termos, o que se deve buscar para o entendimento da questão é a origem de uma hierarquia nacional de taxas de lucro e sua contrapartida regional, parâmetros que regem o fluxo de excedentes monetários.

A partir do material empírico disponível, foi somente possível avaliar a possibilidade de transferência de excedentes através dos bancos comerciais. Não foi detectado um fluxo de recursos em qualquer sentido, o que já se previa, dada a inadequação dos excedentes na forma de depósitos à vista para serem transferidos entre regiões de maneira sistemática e duradoura.

Por outro lado, resta avaliar o fluxo nas demais instituições que compõem o mercado financeiro, para as quais não se encontram dados a nível de região.

FEE FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

PRESIDÊNCIA

LEODEGAR JOST - Presidente

Ida Lewkowicz Bochernitsan, Neusa Maria Cunha Souza Antunes - Secretárias

ASSESSORIA - Ana Maria Córdova Wels, Marbel Maria Ferreira de Andrade, Maria Beatriz Nunes Oliveira, Maria Inácia Flôr Reinaldo, Paulo Roberto Fernandes, Rejane Wilke Montoya Gómez, Sônia Rejane Unikowsky Teruchkin.

DIRETORIA TÉCNICA

ITALO DANILO COITINHOD FRAQUELLI - Diretor

Maria Hermínia Brunet Fraquelli - Secretária

GERÊNCIA DE ANÁLISES

MÁRIO BAIOCCHI - Gerente

Ana Lúcia da Silva - Secretária

ANÁLISE SOCIAL - TANYA MARIA DE MACEDO BARCELLOS, Áurea Corrêa de Miranda Breitbach, Elisabeth de Medeiros Simões, Maria Luiza Tirelli, Naia Geila de Oliveira Corrêa, Sérgio Nunes Fagundes, Vera Lúcia Amaral Garcia, Walter Arno Pichler.

ECONOMIA PÚBLICA - RAYMUNDO FERREIRA GUIMARÃES, Adolar Koch, Audely José Bitencourt, Carlos Alberto Drummond de Macedo, Carlos Nelson dos Reis, Isebel Noemia Jungas Ruckert, Gentil Corazza, Gibraíl Rodrigues, Maria Auxiliadora de A. Rosa, Maria Lucrecia Calandro, Marli Nunes Machado, Waldyr Gorga Dornelles.

SETOR PRIMÁRIO - LUIZ ROBERTO PECOITS TARGA, Álvaro Antônio Louzada Garcia, Elvin Maria Fauth, Marinês Zandavalli Grando, Salvatore Santagada, Susana Koch.

SETOR SECUNDÁRIO - CLÁUDIO EINLOFT, Maria Cristina Passos Severo, Maria Heloísa Lenz, Marli Marlene Mertz, Rubens Soares de Lima, Vera Maria Kunrath.

SETOR TERCIÁRIO - SÉRGIO FISCHER, Beatriz Regina Zago de Azevedo, Joaquim Alexandre Pereira Soares, José Antônio Fialho Alonso, Pedro Silveira Bandeira.

GERÊNCIA DOS INDICADORES

ÁRIO ZIMMERMANN - Gerente

Carmen Maria Franzoni - Secretária

AGREGADOS ECONÔMICOS - YARA SALDANHA PRANGE, Alejandro Kuajara Arandia, Carmen Regina G. Landell de Moura, Celso Anversa, Dejalme Andreolli, Dulce Helena Vergara, Eliana Santos Figueredo, Hilda B. Pizato, José Maria Dias Pereira, Lisete Maria Girotto, Maria Conceição Sá e Souza Schettert, Maria Helena Antunes Sampaio, Odete Lódtke Wollmann, Renato Antônio Dalmezo.

INDICADORES CONJUNTURAIS - SILVIA HORST CAMPOS, Alberto Luiz Campos de Medeiros, Clarisse Chiappini Castilhos, Consuelo Duclós Schönnemann, Maria Olinda Curtinaz Trescastro, Mauro José Cândido Mariano, Pedro F. Cunha de Almeida, Roberto S. da Cunha Marcentônio, Roberto da Silva Wiltgen, Teresinha Belo Fialho.

GERÊNCIA DE INFORMÁTICA

NILSON CACERES SANÁBRIA - Gerente

Ana Mariza Lopes - Secretária

ANÁLISES ESTATÍSTICAS - MARIA DE LOURDES TEIXEIRA JARDIM, Elisabeth Pothin Fernandes, Elza M. Skilham de Almeida, Maria Luiza Garcia Knauth, Nilson Henrique Elias, Vera Lúcia Pires Dalberto, Zhélide Quevedo Reymunde.

ARMAZENAGEM E INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA - EDISON MARQUES MOREIRA, Aurora Célia Rodrigues Villagran, Clotilde Rejane Meneghetti, Ivete Lopes Figueiró, Janira Iolanda Lopes da Rosa, João Vilceu Vieira Soares, Loribel da Silva Dias, Luiz Fernando Gomes da S. Medaglia, Maria da Glória Souza Silveira, Mary Sônia Moreno Bastian, Silvia Rech De-Gen, Vera Maria Morales Gauer, Yara Maria Centeno Teixeira.

EDIÇÕES ESTATÍSTICAS - MARILENE BRUNEL LUDWIG, Arthur Ivan de Andrade Wels, Elaine Maria de Souza Marques, Francisco de Assis Costa dos Santos, Maria Amélia Pinto Leão, Nilza Fonseca Moreira César.

DESENVOLVIMENTO SISTÊMICO - MIGUEL DAMADO CARVALHO, Ana M. Oliveira de Azambuja, Buerque Gutterres de Figueiredo, Darcina Canibal Soares, Júlio Cesar Berleze, Marcus Vinicius da Rocha, Regina Maria Caliendo, Renato Cardoso Vasques, Renato Mendes Guerra, Roberto Bins Ely, Shirley Mesquita Pedão, Talita Farias Schullmann.

PESQUISA DE DADOS - ABELARDO AUGUSTO SÓRIO RIBEIRO, Antônio Cesar Gargioni Nery, Antônio Odilon Ribeiro de Menezes, Paulo de Tarso Gaspar Pinheiro Machado, Roberto Ronchetti Caravantes.

PROCESSAMENTOS MANUAIS - RUT TEREZINHA DIEDERICHES NORONHA, Acácia Gama Bernd, Cacilda Ferreira Camargo, Ceres Aparecida Haushahn, Cloves Jesus Lopes Evangelista, Enilda Leal Riella, Ja,me Görg, João Luiz Paiva Rosa, José Antônio da Rosa, Juarez Meneghetti, Jussara Rabassa Monteiro, Leis Helena Damado Carvalho da Silva, Leci Tereza B. do Amaral Padilha, Luni Maria de Azevedo Sperb, Luz da Alva Oliveira de Silveira, Mara Luzia Feltes de Moura, Maria José da Silveira Seibro, Maria de Lourdes Cavalheiro, Maria Edi Pereira de Souza, Maria Severo Nunes da Rosa, Maria Thereza França Costa, Marília Marques Difini, Marina Medeiros Costa, Marina Silvia Ponso Difini, Marlene Marques Gentili, Marisa Gundlach Kraemer, Mercedes Oliveira Licht, Ney Gondran Machado, Remy Vasques Farias, Rubens Corrêa da Silva, Ruth Rovere Wolff, Sérgio Antônio Rolim de Moura, Silvia Maria Rosa Portinho, Solange Maria Gaspar de Oliveira, Sônia Maria da Cunha Francioni, Sônia Maria Dornelles Oliveira, Vera Conceição Frôes Clausmann, Yeda Garcia Pettenuzzo, Zilá Alves, Zilda Maria Freitas Leite.

GERÊNCIA DOS PROGRAMAS ESPECIAIS

ALDROVANDO ROSITO GUERRA - Gerente
Albertina Camargo da Silva - Secretária

ESTUDOS ESPECIAIS - ALOÍSIO ELY, Alfredo Meneghetti Neto, Antônio Carlos Dante, Denise Gros Müller, Gabriel Falcão Machado, Joaquim Ozório Pires da Silva, Luiz Roberto Palma Dias, Maria Domingues Benetti, Maria Isabel Herz Jornada, Roberto Lima Ruas.

LITORAL NORTE - ALVARISTO DO AMARAL PADILHA, Adão da Silveira, Carlos Furtado Peixoto, Cícero de Moraes Júnior, Hélio Passos Alcântara, José Carlos Cheuiche Ferreira, Osmar Inácio da Silva.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

ROQUE MALDANER - Diretor
Marilene Gauer - Secretária

APOIO ADMINISTRATIVO - DÉCIO ANSON LIMA, Arlindo Jahno, Alba Silva da Costa, Albanir Renato do Amaral Collares, Alvaro da Silva Dias, Ana Beatriz Ferreira Fernandes, Carlos Bertolli de Gouveia, Cesar Roberto Machado, Eduardo Oliveira Corrêa, Elza Lopes Evangelista, Erotilde Duarte de Mello, Fátima Vandira Lagranha Jardim, Francisco de Assis Machado Soares, Izolina Machado Andrades, José Antônio da Silva, Lia Beatriz Santos da Silva, Luiz Ferreira da Silva, Lurdes Cansan, Marina Rios da Silva, Maura Rosane Silveira da Silva, Nair Santos da Silva, Oswaldo do Nascimento, Paulo Roberto da Silva Souza, Silvío José Ferreira, Shirley Maria Chiele Sequeira, Tânia Maria Prates.

CONTROLE DOS PROGRAMAS ESPECIAIS - JOÃO JULIO CARRERA DA CUNHA, Acácia Vicentina de Andrade Stockler, Daniel Pires Bueno.

FINANÇAS - SIFREDO SCHILLER, Angela Célia Paim Garrido, Darcy Kolling, Jandira Cansan, Jorge Luiz Hennemann, José Reinaldo Hansen, Neiva Maria Abreu Fernandes.

PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL - Alfredo Crestani, Maria Inês Lopes Fialho, Nevy Xavier, Nôra Angela Kraemer Soares, Saleta do Prado Oliveira, Vera Lúcia Menezes.

GERÊNCIA DE PUBLICAÇÕES

ANTÔNIO GONZALEZ MOJON - Gerente
Jane Nunes Ortiz - Secretária

EDITORIA - LEONARDA POMPEA MASTROGIACOMO, Carlos Eduardo da Silva Valente, Celso Ramos Crystobal, Círei Pereira da Silveira, Edelvira Aida de Melo e Silva, Edson Luiz Ferreira Teixeira, Eleusa Brito Montardo, Elisabeth Alencar Lopes, Elisabeth Kurtz Marques, Emerson Guilherme Ritter, Estéla Mendes Pereira, Flora Idalina Rodrigues Castellá, Ieda Teresinha Koch Leal, Jadir Vieira Espinosa, Jairo dos Santos Raymundo, Luiz Fernando Weiler, Martin Wartchow, Rejane de Barcellos Schemite, Rejane Maria Bondanza Lopes, Ricardo Vieira Fernandes, Roselane Vial Giacobone, Tânia Maria Dentes Maffei, Têa Northfleet, Vanilda Boese de Rocha.

MARKETING - Roberto Antônio Goulart La-Rocca, Sérgio Matheus Pereira, Suelena Paredes, Wanda Grazzieta Crotti de Almeida.

REPROGRAFIA - DANILDO SEQUEIRA, Ariclaire de Fátima Batista Fernandes, Celso Luiz Formiga, Celso Túlio Von Flebbe, Claudio Scapini, Clori Xavier Conde, José Antônio dos Santos, Lauro Alberto Schuch, Luiz Carlos da Silva, Marco Antônio Oliveira Pinto, Maria Leda Lígia Jambastiani, Mauro Marcelino da Silva, Pedro da Rosa, Vera Sônia Silva Castro.